



Congresso Nacional dos Jornalistas

Os Desafios do Jornalismo e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável.

V Encontro de Jornalistas de Imagem

Condomínio FECOMÉRCIO

Rio Branco / Acre

07 a 10 nov 2012



RESOLUÇÕES



REGIMENTO INTERNO DO 35° CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

I - Do Congresso

Artigo 1º - Amparado no Estatuto da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, o 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela mesma entidade, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Acre, realiza-se de 7 a 10 de novembro de 2012, em Rio Branco, Acre, será pautado por este Regimento.

Artigo 2º - São objetivos do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas:

- a) Reunir os jornalistas brasileiros para deliberação sobre assuntos ligados diretamente à categoria, à profissão e ao Jornalismo, como, por exemplo, regulamentação e exercício profissional, organização sindical, melhores condições de trabalho, liberdade de imprensa, ética, democratização dos meios de comunicação, e outros;
- b) Buscar melhoria da organização sindical e política dos jornalistas e sua inserção nas lutas dos trabalhadores brasileiros, especialmente aquelas ligadas às categorias profissionais da área das comunicações;
- c) Permitir o intercâmbio de jornalistas brasileiros com profissionais de outros países, objetivando subsidiar a ação sindical da categoria;
- d) Ampliar o relacionamento dos jornalistas, professores, pesquisadores e estudantes de Comunicação Social - Jornalismo;
- e) Incentivar a prática da requalificação e da atualização profissional dos jornalistas, dirigentes sindicais e funcionários de nossos sindicatos;
- f) Definir o programa de luta e as linhas de intervenção da FENAJ e dos Sindicatos na sociedade brasileira e internacional nos próximos dois anos.

II - Da Participação

Artigo 3º - Podem participar do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas:

- a) Todos os sindicatos filiados à FENAJ – por meio

de delegações (delegados profissionais e um delegado estudante por entidade) - desde que estejam quites com suas obrigações, conforme estabelecido no Artigo 8º do Estatuto da Federação;

- b) Jornalistas profissionais, na condição de observadores;
- c) Estudantes de Comunicação Social/Jornalismo, na condição de observadores;
- d) Outros profissionais de categorias da área de comunicação, como observadores;
- e) Expositores e convidados especiais.

Parágrafo 1º - Cada Sindicato poderá se fazer representar através de profissionais eleitas/os delegadas/os, com direito de voz e voto, segundo os critérios de proporcionalidade estabelecidos no Artigo 11º do Estatuto da FENAJ, mais um/a delegado/a estudante, apenas com direito a voz.

Parágrafo 2º - A eleição deverá ser comprovada com a entrega formal de cópias do comprovante e publicação do edital de convocação e ata da assembléia/congresso que elegeu os delegados(as), indicando expressamente seus integrantes titulares e eventuais suplentes.

III - Da Organização

Artigo 4º - A programação do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas é a estabelecida pelos organizadores, podendo sofrer alterações de modo a garantir o bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo 1º - A discussão e aprovação deste Regimento e as eleições da Mesa Diretora do Congresso e da Comissão redatora da “Carta de Rio Branco” serão realizadas em sessão instalada pelos presidentes da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Acre no início da primeira plenária, no dia 8 de novembro, às 14h45.

Parágrafo 2º - A Abertura Oficial, com sessão solene de instalação do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, será realizada a partir das 21h do dia 7 de



novembro.

Parágrafo 3º - A primeira sessão plenária será realizada no dia 8 de novembro, das 14h45 às 18h;

Parágrafo 4º - A segunda sessão plenária será realizada no dia 9 de novembro, das 14h30 às 18h.

Parágrafo 5º - A terceira sessão plenária será realizada no dia 10 de novembro, das 15h15 às 18h, quando também serão votadas as moções apresentadas à Mesa Diretora e a "Carta de Rio Branco". Cabe, ainda, à mesma plenária, a definição do Sindicato que sediará o 36º Congresso Nacional dos Jornalistas.

Parágrafo 6º - A "Carta de Rio Branco" é uma manifestação política dos jornalistas, dirigida à categoria e à Nação, tendo como base as teses e os debates do Congresso. Uma comissão composta por três membros será eleita no início dos trabalhos da primeira plenária, no dia 8 de agosto, para redigir o documento.

Parágrafo 7º - A programação de espaços de articulação, oficinas e palestras do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, bem como todas as atividades previstas, seguirá o roteiro definido pela organização do evento que consta em anexo a este Regimento Interno.

III - Das Deliberações/Votações

Artigo 5º - As plenárias deliberativas serão instaladas com qualquer número de delegados presentes e coordenadas pela Mesa Diretora do Congresso.

Artigo 6º - As plenárias debaterão as teses inscritas até o prazo limite de 28 de setembro, definido pela organização do Congresso, e disponibilizadas no Caderno de Teses, desde que haja a defesa em plenário.

Parágrafo único - As teses poderão ser aprovadas na íntegra ou com emendas ou rejeitadas na íntegra, não sendo permitidas emendas que configurem, na prática, uma nova tese.

Artigo 7º - Somente serão aceitas e colocadas em

votação pela Mesa Diretora moções entregues até a abertura dos trabalhos da plenária final, com no máximo 1400 caracteres e subscritas por, pelo menos, 10% dos delegados(as). Proposições de moções podem apenas ser aprovadas ou rejeitadas, após a leitura;

Artigo 8º - Caberá à Mesa Diretora a inscrição de delegadas/os e observadores para participação nas plenárias, a definição do tempo de intervenção e do limite de inscrições para garantir a concretização dos trabalhos, sempre consultando o plenário.

Artigo 9º - Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem o voto da maioria simples dos delegados presentes à plenária de cada dia. No caso de empate, a Mesa Diretora autorizará mais um encaminhamento a favor e outro contra. Persistindo o empate na segunda votação, serão dados cinco minutos para elaboração de propostas e, em seguida, abre-se mais um encaminhamento contra e outro a favor, procedendo-se nova votação.

IV - Da Mesa Diretora

Artigo 10º - A Mesa Diretora será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral e dois secretários de atas.

Parágrafo único - Compete à Mesa Diretora:

- a) reunir-se diariamente para avaliar e sistematizar os trabalhos aprovados nas plenárias deliberativas diárias;
- b) dirigir as plenárias deliberativas diárias e preparar as respectivas atas;
- c) assinar os documentos aprovados pelas plenárias deliberativas e dar-lhes a destinação adequada.

Artigo 11º - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Mesa Diretora, que submeterá sua decisão ao plenário de cada plenária deliberativa.

Artigo 12º - Este regimento terá vigência para o 35º Congresso Nacional dos Jornalistas com as alterações que se fizerem necessárias.

Rio Branco, 8 de novembro de 2012.

1 - Conjuntura Nacional e Internacional

Crise do capital reforça a necessidade de transformações sociais no Brasil e no mundo

1 - A desaceleração da economia mundial, iniciada com a crise dos Estados Unidos, em 2007, e agravada recentemente pela crise de países que integram a zona do Euro, revela – mais uma vez – os limites de desenvolvimento do capitalismo. Países como a Espanha e Grécia tiveram suas economias esfaceladas e suas populações jogadas à vala do desemprego. Itália e Portugal também correm risco de seguir pelo mesmo caminho, mesmo com as medidas de austeridade já adotadas por ambos.

2 - Enquanto isso, nas Américas, a economia dos Estados Unidos não se recupera como o esperado e a principal economia da América Latina (Brasil) cresce muito menos que o previsto, ainda que continue crescendo. Na Ásia, os emergentes China e Índia também continuam crescendo (a China mantém o maior índice de crescimento do planeta), mas este crescimento também desacelerou.

3 - Do ponto de vista da geopolítica, os conflitos no Oriente Médio, em especial (pela atualidade) na Síria, mostram mais uma vez a força dos países hegemônicos no combate a países insurgentes contra a ordem internacional. A Síria sofre com a guerra civil orquestrada externamente (e financiada) por Israel, Estados Unidos, Inglaterra, França e Arábia Saudita, com desfecho ainda indefinido.

4 - Ao contrário do propalado, a chamada “Primavera Árabe” não trouxe avanços significativos na organização política e na qualidade de vida das populações de países como o Egito, a Líbia, a Tunísia e o Iêmen. Depois da derrubada dos governos (autoritários, sim, mas sobretudo que deixaram de atender aos interesses das grandes potências ocidentais) as populações destes países foram abandonadas à própria sorte, condição, aliás, na qual sempre estiveram.

5 - Na América Latina mantém-se a oposição sistemática das novas elites oligárquicas aos governos democraticamente eleitos, como da Venezuela, do Equador e da Bolívia. No Paraguai, as oligarquias conseguiram depor o presidente Fernando Lugo, por meio do parlamento, em um processo flagrantemente antidemocrático e semelhante ao golpe ocorrido em Honduras, em 2009.

6 - Essa oposição sistemática tem como alicerce a atuação dos meios de comunicação de massa, que descumprem o seu papel de informar à sociedade e agem como partidos políticos, participando ativamente da disputa pelo poder, sempre como aliados das elites conservadoras.

7 - Como em toda crise do Capitalismo, a classe trabalhadora é quem paga a conta. Na Europa e nos

Estados Unidos o desemprego não atinge somente a classe trabalhadora mais empobrecida; atinge a classe média, bem-educada e acostumada ao estado de bem-estar social. Uma demonstração evidente de que a reprodução do capital – principalmente em seu atual estágio, classificado por François Chesnais com conceito marxiano de “anarquia de produção” – não tem limites éticos nem qualquer preocupação com a humanidade e o planeta.

8 - No Brasil, assim como os demais países do BRICS (grupo econômico de países emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a taxa de emprego continua crescendo, mas a economia em geral está menos acelerada depois da crise europeia.

9 - No âmbito da economia global e da geopolítica, é inegável que o Brasil conquistou, nos últimos anos, um protagonismo regional e mundial. Internamente, entretanto, as graves diferenças regionais e questões sociais igualmente preocupantes evidenciam os limites do modelo de desenvolvimento econômico adotado.

10 - O balanço da Era Petista (iniciada com Lula em 2003 e continuada por Dilma) revela avanços significativos no que diz respeito às políticas de assistência social, como as de distribuição direta de renda (Bolsa Família, por exemplo) e as políticas inclusivas para grupos sociais historicamente marginalizados (mulheres, negros, deficientes, etc.).

11 - Também houve uma política de recuperação do salário mínimo, ainda que os valores continuem muito aquém do necessário para a sobrevivência de uma família de trabalhadores. Além disso, o crescimento econômico, com o consequente aumento do número de postos de trabalho, melhorou a renda média dos brasileiros.

12 - Tudo isso, entretanto, não afetou o grande fosso existente entre ricos e pobres nem eliminou a miséria no país. O Brasil continua entre os campeões da desigualdade social. O governo faz alarde com o crescimento da classe média, mas a pobreza continua sendo alarmante: 76% da população economicamente ativa vivem com até três salários mínimos, segundo os dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

13 - Sem negar a importância das políticas sociais (que são necessárias), é preciso apontar para um modelo de desenvolvimento econômico que, de fato, promova a distribuição de renda, reduzindo as desigualdades sociais, o que não ocorrerá sem o enfrentamento aos privilégios das elites do país.



14 - Diante do exposto, a categoria dos jornalistas, a FENAJ e os Sindicatos devem:

1 – Articular-se com os movimentos sociais e com as Centrais Sindicais, em especial a CUT, para construir uma agenda política que corresponda aos interesses da classe trabalhadora e sociedade civil organizada;

2 – Contribuir para a construção de uma pauta de transformação social (reforma agrária, reforma urbana, entre outras) e participar das mobilizações para sua adoção;

3 – Discutir e propor o debate de uma reforma tributária que desonere os trabalhadores e onere as grandes riquezas;

4 – Defender a recomposição do salário mínimo de acordo com o valor apontado pelo Dieese;

5 – Enfrentar, principalmente na imprensa, a tentativa de criminalização que os movimentos sociais vêm sofrendo por parte da elite econômica do país;

6 – Reforçar o vínculo da FENAJ com as organizações internacionais dos jornalistas, FIJ, Fepalc e Fe-

lap no sentido de defender a democracia e a liberdade de expressão e garantir a liberdade e a vida dos jornalistas da América Latina;

7 – Manter o diálogo da FENAJ com o Itamaraty e com as instâncias do governo que formulem e implementem políticas internacionais, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos, incluindo o direito à comunicação;

8 – Combater o preconceito com que são tratados pela elite e pela mídia brasileira os governos populares eleitos na América Latina, denunciando o papel retrógrado exercido pela mídia oligárquica e pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP);

9 – Apoiar a decisão política de exclusão temporária do Paraguai do Mercosul e a decisão da inclusão da Venezuela;

10 – Defender a autonomia dos povos e a soberania das nações, e em especial, devido à conjuntura internacional, a soberania das nações árabes.

2 - Democratização da Comunicação

A democratização da Comunicação e o papel protagonista do movimento sindical dos jornalistas

1 - Em que pese avanços pontuais nos últimos anos, o debate e as medidas visando a democratização da comunicação no Brasil seguem obstruídos e propositalmente ideologizados. A confluência tecnológica vem produzindo incessantemente transformações profundas na economia, na política e na cultura, em especial no jornalismo, definindo parâmetros, ampliando possibilidades ou profundas distorções no modelo de negócios, nos sistemas e no mercado da comunicação.

2 - Imobilizado, o Estado assiste ao mercado estabelecer parâmetros sintonizados com suas perspectivas estratégicas. No mesmo sentido, tão pouco os movimentos sociais têm produzido políticas que recusem o simples ativismo ou o atrelamento oficial e efetivamente repensem conceitos e posturas que enfrentem tantas inconsistências normativas e direitos intocados.

3 - Com vem sustentando a FENAJ há pelo menos duas décadas, não há mais como legislar pelas bordas. Precisamos repensar as bases de organização dos sistemas e mercados de comunicação (comunicação social digital e telecomunicações). Temos de nos valer não apenas dos exemplos vigentes no exterior, mas conceber caminhos adequados à realidade social e econômica dos cidadãos brasileiros.

4 - A lógica histórica de uma apropriação do Estado pelos interesses privados nos levou a uma situação-

limite de concentração, verticalização e desregulamentação que, neste momento, coloca em risco todo o sistema das comunicações.

5 - Está em curso uma transformação paradigmática. Estamos presenciando o nascimento de um novo sistema. Logo, sua cadeia de valor e seu modelo de serviços (que embute o modelo de negócios, não se esgotando nele), precisam ser debatidos em profundidade, especialmente pelos jornalistas, na condição de cidadãos e como trabalhadores diretamente afetados pelos reflexos dessas mudanças no mercado de trabalho.

6 - Disciplinar a área das comunicações a partir da ótica do controle público é garantir a inserção de espaços e mecanismos de participação onde interesses distintos colocados em disputa possam ser confrontados de forma plural, equânime e transparente. Sem assegurar isso, continuaremos abrindo mão da esfera pública para favorecer o predomínio privado, que impõe censuras tão nocivas para a democracia quanto os estados autoritários.

7- Em 2012, a lei que disciplina o rádio e a TV (o Código Brasileiro de Telecomunicações, ou CBT) completou 50 anos. Em um mundo em que a convergência de mídias nubla as fronteiras entre as plataformas e permite que todas elas ofereçam vários serviços (como tv, telefone e Internet pelo cabo), o meio mais importante do Brasil ainda é regulado segundo



uma lei da época em que sua tela transmitia apenas imagens em preto e branco.

8 - Mesmo a mais nova Lei Geral de Telecomunicações (LGT), de 1997, já mostra claramente seus limites. Na época de sua aprovação, o serviço mais importante – e único cuja prestação foi definida em regime público – era a telefonia fixa. Hoje os serviços de voz se dão fundamentalmente pelos celulares e a atividade de telecomunicações mais relevante é o acesso à Internet em banda larga.

9 - Mais importante que a desatualização da legislação brasileira de mídia é a total incompatibilidade do modelo emanado por ela com um ambiente democrático marcado pela diversidade e a pluralidade, pelo acesso aos meios para informar e ser informado e pelo entendimento da comunicação como um direito humano.

10 - As normas brasileiras privilegiam os meios comerciais, dando condições para que estes atuem quase que acima de qualquer obrigação de respeito aos direitos humanos e aos interesses da sociedade. As normas permitem também uma concentração de propriedade injustificável, que faz com que poucos grupos dominem o espaço midiático e definam a agenda pública a partir de um pensamento conservador e de um olhar do eixo Rio-São Paulo. Além do dano à democracia, esse sistema centrado em poucos grupos vem reduzindo postos de trabalho para a categoria dos jornalistas.

11 - Este mesmo arcabouço relega a comunicação pública e estatal a uma condição marginal, sem garantir a participação da sociedade e abrindo mão da estrutura necessária para que esses veículos possam falar para todo o país. Ele, por fim, consolidou um modelo de acesso à Internet com baixíssimo índice de competição, em que o Estado apoia os operadores privados para que estes ofereçam serviços de telecomunicações caros, lentos e de baixíssima qualidade.

O CCS e o FNDC

12 - A reinstalação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, resgata uma dívida do parlamento brasileiro com a sociedade. Apesar do atraso em sua reconstituição, temos a convicção que a reativação do CCS vai colaborar com o processo de democratização da comunicação no Brasil.

13 - Esperamos e lutaremos para que o Conselho de Comunicação Social contribua, como já fez, especialmente no primeiro mandato, quando de forma inovadora e plural ocorreu, no parlamento e com ampla repercussão social, o debate de questões importantes para o país, como a concentração da propriedade da mídia no Brasil, com o processo de democratização da comunicação e edificação de um novo marco regulatório do setor no país.

14 - Para que isso aconteça, é fundamental o acompanhamento da agenda do CCS por parte dos movimentos e organizações sociais, em especial o FNDC. Em seus 20 anos de luta, o FNDC desempenhou o papel estratégico de transformar o debate das comunicações em debate público. Chamou para si a difícil tarefa de buscar a superação da tendência de atribuir à comunicação um caráter instrumental. Consolidou-se como entidade da sociedade civil na qual os interesses maiores da sociedade brasileira pautavam a formulação e a ação.

15 - Para avançar nessa perspectiva, a FENAJ defende que o FNDC prossiga em sua trajetória de independência em relação aos interesses privado-comerciais, de partidos políticos e governos. Só assim, o FNDC terá condições de manter e ampliar sua representatividade, exercer seu papel crítico diante da realidade das comunicações no Brasil e mobilizar os mais diversos setores da sociedade, para exigir dos poderes constituídos medidas efetivas para a democratização das comunicações.

16 - Visando pressionar o governo federal para abrir o debate público sobre uma nova lei geral para as comunicações e envolver o conjunto da população neste debate, diversos setores da sociedade brasileira tem intensificado a luta por um novo marco regulatório. No último dia 27 de agosto, data do aniversário de 50 anos do CBT, foi lançada a campanha nacional “Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo”.

17 - Diante do exposto, a categoria dos jornalistas, a FENAJ e os Sindicatos devem:

1 - Defender um novo marco regulatório para a área da comunicação, sob o princípio do controle público, entendido como o conjunto de mecanismos e espaços públicos que atuam no sentido de impedir o predomínio de interesses particulares sobre o interesse público e na formação de consenso em torno dos grandes temas da área das comunicações.

2 - Defender e lutar pelo encaminhamento das propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e identificar e combater os agentes públicos e privados que, deliberadamente, bloqueiam ou protelam este encaminhamento.

3 - Defender a universalização da banda larga, inserida em um projeto estratégico nacional de digitalização.

4 - Pressionar os congressistas para que aprovelem o projeto de lei da nova Lei de Imprensa, que está pronto para votação há mais de dez anos.

5 - Reafirmar a importância do Conselho de Comunicação Social (CCS), como órgão consultivo do Congresso Nacional, e, ao mesmo tempo, manter a luta pela criação do Conselho Nacional de Comunicação, como órgão deliberativo e autônomo.

6 - Integrar a campanha “Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo” e orientar o



conjunto se seus sindicatos filiados a se envolverem nas iniciativas locais.

7 - Buscar o fortalecimento do FNDC pela afirmação de seu programa e pela atuação coletiva do movi-

mento sindical dos jornalistas (FENAJ e Sindicatos), especialmente na formulação de propostas e políticas que defendam e identifiquem o jornalismo profissional como um dos pilares de sustentação da democracia no país.

Criação de Conselhos de Comunicação Social, passo importante para a democratização da comunicação no Brasil

1 - A proposta de reativação imediata do Conselho Comunicação Social (CCS), paralisado desde 2006, por omissão da Mesa Diretora do Senado, foi aprovada na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, demonstrando o desejo de toda a sociedade brasileira pela volta do instrumento capaz de garantir minimamente a democratização das comunicações em nosso País. Contudo, o Conselho não foi reativado, mostrando um total desrespeito do Congresso Nacional à vontade popular e ao desejo da sociedade de transformar o Brasil em um país que por meio da democratização dos meios demonstre respeito ao povo brasileiro.

2 - Previsto no artigo 224 da Constituição em vigor, promulgada em 1988, o CCS foi criado três anos depois, pela Lei 8389/91, mas teve de esperar mais 11 anos para ser instalado, o que só aconteceu em 2002. Com 26 membros - 13 titulares e 13 suplentes - escolhidos pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado em listas de indicados por entidades patronais e de profissionais do setor, além de outras da sociedade civil convidadas a indicar representantes, o CCS ainda não teve vida longa, pois só funcionou até 2006. De lá para cá, permanece numa espécie de estado de hibernação, pois as mesas da Câmara e do Senado não submeteram ao plenário os nomes de substitutos dos conselheiros que tiveram os mandados encerrados há cinco anos. (JOGO DE INTERESSES, Antonio Moura Reis)

3 - De acordo com matéria veiculada no site da Câmara dos Deputados, o Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso previsto na Constituição (art. 224) e criado pela Lei 8389/91. O conselho tem como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito de: liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação; propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social; diversões e espetáculos públicos; outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; produção e programação das emissoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão; promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da pro-

dução cultural, artística e jornalística; complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal; propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

4 - No entanto, a falta de vontade política em relação ao CCS parece estar diretamente ligada ao fato de, conforme salienta Larissa Cabral, dez famílias detem o controle de mais de 80% dos serviços de comunicação no País e quase metade dos deputados e senadores é concessionária de canais da rádio e TV.

5 - Após a Confecom, o estado da Bahia conseguiu aprovar o primeiro Conselho Estadual de Comunicação Social, Composto por 27 integrantes vindos do poder público, do segmento empresarial e dos movimentos sociais e entidades populares. E no Rio Grande do Sul houve o encaminhamento de uma minuta de projeto de lei sobre o Conselho Estadual de Comunicação para aprovação do governo do estado. É muito pouco para um país que necessita urgentemente de uma verdadeira democratização da comunicação. Nesse sentido propomos uma ação imediata de todos os sindicatos de jornalistas brasileiros para promover as discussões a respeito da criação dos conselhos estaduais.

6 - Portanto, para avançar no estabelecimento de um marco legal para as comunicações e para a pluralidade e diversidade na mídia atual; propiciar a viabilização de uma legislação brasileira que não seja tão defasada e que contemple questões atuais, como as inovações tecnológicas e a convergência de mídias, dentre outras questões, é necessária muita luta. Neste sentido:

1 - Os Sindicatos dos Jornalistas do Brasil com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) devem atuar junto aos parlamentos e fortalecerem as lutas nos estados para garantir a criação de Conselhos de Comunicação Social em todos os entes federativos.

2 - Trabalhar para que estes conselhos não sejam consultivos e sim deliberativos.

3 - Trabalhem junto as escolas de jornalismo promovendo o debate e esclarecendo a comunidade jornalística, seus futuros membros e toda a sociedade sobre a importância dessa luta.

3 - Jornalismo e Meio Ambiente

Além do jornalismo ambiental: jornalismo para a sustentabilidade

1 - Desde a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972, elevaram-se, gradualmente, as notícias relacionadas ao meio ambiente. De modo generalizado, é possível afirmar que os veículos de comunicação passaram a tratar da utilização de recursos naturais para a sobrevivência da humanidade em suas produções jornalísticas. A divulgação das catástrofes provocadas pela natureza (enchentes, furacões, secas, etc.) continuou como prioridade “ambiental” nos noticiários, mas se tornaram bem mais frequentes as reportagens sobre o desenvolvimento econômico das nações e suas implicações sócio-ambientais.

2 - Mais recentemente, a mídia mundial passou a tratar da “crise ambiental”, principalmente pelos alertas da comunidade científica para problemas como o aquecimento global, a diminuição da camada de ozônio, a destruição de biomas (florestas, cerrados e outros), que já provocam grandes perdas da biodiversidade e que, num futuro não muito distante, podem comprometer a sobrevivência da espécie humana.

3 - Os alertas da ONU têm contribuído para a ampliação da difusão de informações e dos debates sobre as questões ambientais. Em 1992 foi realizada, no Rio de Janeiro, a segunda Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Em 2002 foi realizada, em Johannesburgo (África do Sul), outra grande conferência, a Rio+10, para avaliar os resultados da Rio-92. Neste ano de 2012, o Rio de Janeiro voltou a ser palco das discussões mundiais sobre o meio ambiente, com a realização da Rio+20.

4 - Para que estes alertas repercutam e não fiquem restritos às épocas das conferências, os veículos de comunicação têm uma importante contribuição a dar, principalmente por meio do Jornalismo. No Brasil, esta contribuição está expressa na legislação. A Lei federal nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, incumbe os meios de comunicação de “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”.

5 - Mas é preciso ressaltar o papel do Jornalismo e dos Jornalistas no desenvolvimento da consciência e da cultura ambiental. Inúmeros jornalistas, individu-

almente, têm dado sua contribuição. Prova disso é o crescimento do Jornalismo Ambiental no âmbito do Jornalismo especializado, com a edição de veículos impressos de circulação dirigida, programas de rádio e de TV e grande número de blogs especializados.

6 - O Jornalismo Ambiental cumpre importante papel, mesmo quando exercido em grandes veículos informativos (em espaços específicos). Por tratar das questões ambientais, abrangendo múltiplas perspectivas e variados temas, deve ser incentivado e cada vez mais qualificado. Mas, como Jornalismo Especializado, tem os seus limites (de público de interesse, principalmente).

7 - Por isso, o Jornalismo, no geral, deve levar em conta o conceito de sustentabilidade que associa preservação do meio ambiente (com utilização responsável dos recursos naturais) e desenvolvimento social (com diminuição das desigualdades e garantia de trabalho digno). Os aspectos ambientais e sociais devem estar presentes, transversalmente, nas coberturas jornalísticas de economia, de política, de urbanismo e de todo e qualquer tema que tenha, direta ou indiretamente, ligação com a utilização de recursos naturais ou com possíveis impactos ambientais e/ou sociais.

8 - Isto significa um rompimento com as práticas adotadas atualmente no Jornalismo, principalmente nas abordagens de temas relacionados ao desenvolvimento dos países/ estados/municípios. Mantém-se a prática de tratar desenvolvimento apenas no aspecto da produção de riquezas (por meio do Produto Interno Bruto - PIB), desconsiderando que, em muitos casos, esta produção não levou em conta as questões ambientais e/ou sociais.

9 - O Jornalismo deve – sempre – apresentar à sociedade elementos para a reflexão, a crítica e a constituição de opiniões sobre ideias e fatos. Para isso, deve tratar de toda e qualquer questão de forma plural e com a abrangência necessária à constituição de juízos por parte dos cidadãos (ãs). Esta abrangência, em inúmeras situações, deve chegar às questões ambientais/sociais, para que a sociedade possa conhecer e decidir conscientemente os caminhos a seguir.

10 - Diante do exposto, a categoria dos jornalistas, a FENAJ e os Sindicatos devem:

1 – Fortalecer o Jornalismo Ambiental na prática jornalística, estimulando a criação de espaços/editoriais na imprensa, destinados especificamente à temática ambiental, e a criação de novos núcleos de jornalistas ambientais;



2 - Contribuir para que as questões socioambientais estejam presentes, transversalmente, nas coberturas jornalísticas;

3 – Defender a preservação do Bioma Amazônico e dos demais biomas brasileiros (Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Pampas e Ambientes Costeiros);

4 – Defender a geração de energia limpa e incentivar a geração de energias de fontes renováveis;

5 – Retomar o projeto de educação ambiental para jornalistas, com a promoção de seminários para tratar de questões como destruição dos biomas brasi-

leiros, geração e distribuição de energia, utilização dos recursos hídricos, etc.;

6 - Primar por uma prática política, interna e externa, em defesa de uma agenda ambiental com práticas ecologicamente sustentáveis, reaproveitamento de recursos naturais, coleta seletiva do lixo, redução do consumo de energia e preservação das áreas verdes. Além de ações ecológicas em suas sedes, as entidades sindicais precisam atuar em parceria com as universidades para aprimorar a formação dos jornalistas no que diz respeito à questão ambiental, levando sempre em conta a importância de valorizar as vozes dos povos como indígenas e quilombolas, que há séculos vivem e lutam pela terra.

Jornalismo ambiental e autonomia profissional

1 - Diversas empresas do ramo de comunicações fazem hoje marketing com base no conceito de sustentabilidade, ligando assim a defesa do meio ambiente ao crescimento de seus próprios negócios. Sabemos, porém, que a sobrevivência do atual sistema econômico atinge duramente as condições de vida do trabalhador, e, entre outros aspectos, o próprio meio ambiente em que vive.

2 - O Jornalismo Ambiental correto tem que ser crítico do “marketing verde”, analisando profundamente todos os aspectos envolvidos na questão, não apenas o excesso da produção de lixo, substâncias tóxicas lançadas na atmosfera, mudanças climáticas entre outros, mas, principalmente, as condições de trabalho das pessoas envolvidas na produção, desde a saúde e segurança dos mesmos até a localidade onde desenvolvem suas atividades laborais.

3 - Nessa ótica, os grandes veículos de imprensa impõem uma abordagem da questão ambiental que omite a relação predatória existente entre os interesses e a ação dos grandes conglomerados empresariais e a degradação da natureza, e privilegia um enfoque que dilui as responsabilidades pelos danos predatórios ao meio ambiente entre o conjunto da população.

4 - É um direito dos jornalistas da área, que nossos Sindicatos defendem, a cláusula de consciência, que garante ao profissional o respeito do veículo no qual trabalha às informações apuradas e a garantia de não ser vinculado, nem ter as informações que apurou utilizadas, caso não concorde com a forma de sua publicação. Defendemos, portanto, a autonomia profissional do jornalista como fundamental para a correta informação científica, econômica, política e social necessária para esclarecer a sociedade sobre as reais questões envolvidas nas relações entre meio ambiente e sociedade.

5 - No contexto de avanço da exploração de recursos naturais pelo Estado brasileiro e empresas, é crescente o interesse sobre o tema socioambiental. Em virtude de conflitos e divergências em torno de projetos e revisão de leis, a informação torna-se cara para a conscientização e mobilização da sociedade sobre os mesmos. Cita-se a proposição do Novo Código Florestal, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte – e outras tantas represas no país – a publicação da Portaria 303 da AGU (referente às terras indígenas), o avanço do mono cultivo da soja, os megaprojetos de mineração, entre outros.

4 - Formação, regulamentação e CFJ

Formação, Regulamentação e Conselho Federal de Jornalistas: resgatar conquistas e avançar na luta

1 - A FENAJ entende que estão associadas – e precisam assim ser refletidas, planejadas e desenvolvidas - as formulações e ações relacionadas à Regulamentação Profissional, à qualidade e defesa da Formação e à implantação do Conselho Federal de Jornalistas. São lutas, conquistas e iniciativas históricas e permanentes dos jornalistas, que devemos reafirmar e propor avançar em cada um dos nossos Congressos Nacionais.

2 - Reconquistar o diploma é valorizar a profissão, defender nossa regulamentação e a qualidade, a responsabilidade e a democracia no Jornalismo, na comunicação e na sociedade. Por isso, defender a exigência da formação superior específica em Jornalismo, ultimamente com foco na luta pela aprovação das PECs do Diploma no Senado e na Câmara, tem sido e deve continuar sendo uma das nossas prioridades.



3 - É preciso sempre expressar que não se trata de questão apenas corporativa, embora a defesa da corporação também seja necessária, justa, legítima e legal. Defendemos a regulamentação, incluindo um de seus principais pilares (a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo), porque compreendemos o quanto a formação, a organização e o fortalecimento da profissão são determinantes para cumprirmos o papel social reservado à atuação dos jornalistas.

4 - Por isso, é preciso que a categoria continue sua histórica trajetória de envolvimento com a busca de melhorias na educação. Justamente por compreendermos que formação e regulamentação no Jornalismo ultrapassam, e muito, as fronteiras da corporação é que ressaltamos que somos a única categoria que ousou formular, discutir com todos os segmentos da comunicação e manter permanentemente atualizado um Programa de Qualidade de Ensino para a profissão. Também por entendermos o papel social do Jornalismo e dos jornalistas é que tanto contribuimos para a proposta de novas diretrizes curriculares, que se encontra, há três anos, engavetada no Conselho Nacional de Educação, e estamos reivindicando sua imediata aprovação.

5 - Sabemos, ainda, que para o fortalecimento da nossa organização e a melhoria do Jornalismo é imperioso não só resgatar conquistas derrubadas, enfrentar as ameaças e retrocessos que nos vêm sendo impostos, como também buscar avanços para a valorização da profissão. Assim, estão em nossa pauta de lutas prioritárias a atualização da Regulamentação Profissional e a criação Conselho Federal de Jornalistas (CFJ).

6 - Precisamos buscar que todos entendam que a ofensiva desregulamentadora - intensificada na década de 90 pelo neoliberalismo - atinge não somente os jornalistas e o Jornalismo; atinge igualmente toda a comunicação, outras profissões e outras categorias de trabalhadores. Enfim, outras áreas de suma importância ao país e à sociedade estão perdendo ou estão ameaçadas de perderem regulações, regulamentações, legislações de conquistas específicas ou coletivas. Este processo vem roubando da população brasileira ferramentas para a defesa e garantia de seus direitos sociais para o exercício da cidadania.

7 - Os jornalistas, com certeza, constituem uma das categorias mais atacadas nos últimos tempos justamente pelo papel que desempenham. Os donos da mídia e seus aliados políticos, também sabedores da importância deste papel, buscam, de todas as formas, golpear e impedir a organização profissional dos jornalistas. Precisamos, então, seguir com firmeza,

intensificar e ampliar nossas lutas pela regulamentação, formação e CFJ, ampliando apoio na sociedade e discutindo suas importâncias com os demais segmentos organizados, especialmente os profissionais da comunicação. A regulamentação profissional e a criação do CFJ são fundamentais para a valorização e o fortalecimento da profissão de jornalista e do Jornalismo.

8 - Diante do exposto, a categoria dos jornalistas, a FENAJ e os Sindicatos devem:

1 - Intensificar a campanha pela aprovação das PECs do diploma, organizando um plano de ações para a rápida aprovação na Câmara Federal.

2 - Avançar na luta em defesa da regulamentação com os seguintes passos: a) retomar as discussões com radialistas e relações públicas em busca de soluções para os sombreamentos (conflitos) de funções; b) reforçar a base de apoio ao CFJ no governo, no parlamento e na sociedade, a partir de uma campanha planejada; c) por último, reapresentar no Congresso projeto de atualização da legislação que regulamenta a profissão de jornalista, observando a proteção das relações trabalhistas, a jornada de trabalho dos jornalistas de 5 horas diárias, prevista na CLT, e atualização das funções privativas da categoria;

3 - Reafirmar, recompor e ampliar a campanha pelo Conselho Federal de Jornalistas (CFJ) com as seguintes grandes iniciativas: a) restabelecer e atualizar um plano de ações para esta luta, articulando-o com o da regulamentação; b) reforçar a base de apoio no governo, no parlamento e na sociedade; c) por último, reivindicar da Presidência da República a apresentação do projeto de criação do CFJ.

4 - Prosseguir, em conjunto com o FNPJ e a SBPJor, pressionando o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE) para a imediata aprovação da proposta (elaborada por uma comissão de especialistas) para novas diretrizes curriculares no Jornalismo.

5 - Após aprovação das novas diretrizes curriculares, promover levantamento sobre o andamento do Programa Nacional de Estágio Acadêmico em cada estado/Sindicato e organizar sua revisão e atualização;

6 - Dar continuidade e intensificar a atuação da Escola do Jornalista da FENAJ e da Cátedra FENAJ de Jornalismo para a academia, no sentido de realizar cursos e outras ações e atividades de formação política e atualização profissional para a categoria, estimulando em especial os Sindicatos que ainda não desenvolveram esses programas.

5 - Piso salarial, condições de trabalho e precarização

Em defesa do Piso Salarial Nacional dos Jornalistas e do direito ao trabalho digno

1 - Bandeira histórica da FENAJ e do conjunto de 31 sindicatos filiados, a luta pelo piso salarial nacional dos jornalistas nunca esteve tão atual. Salários achatados, contratações irregulares (PJs e frilas fixos, por exemplo) e as diferenças regionais das remunerações – inclusive dos pisos – motivam o encaminhamento, com mais força, da reivindicação.

2 - A proposta está na pauta de debates da categoria desde 1979, quando o então deputado federal Audálio Dantas apresentou o Projeto de Lei 2.523, que previa o piso de seis salários mínimos para a categoria. Após seis anos de tramitação, várias alterações e apensamentos, o projeto ganhou novo número (128/85), foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi vetado pelo então presidente Sarney, um proprietário de veículos de comunicação.

3 - Trinta e três anos depois da apresentação do projeto de Audálio, que é ex-presidente da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a categoria voltou a colocar a proposta entre suas prioridades, tendo sido aprovada por unanimidade, durante o 34º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Porto Alegre (RS), tese pela retomada da luta em defesa do piso nacional.

4 - Em dezembro de 2011, o deputado federal André Moura (PSC/SE) abraçou a causa, apresentando o Projeto de Lei 2960, de teor semelhante, com a inovação de fixar a indexação anual do piso pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Atrelada à campanha nacional pela aprovação da PEC do Diploma, a matéria ganhou destaque na pauta da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas, sendo criada, em 30 de maio deste ano, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Piso Nacional dos Jornalistas, composta atualmente por 320 deputados federais e senadores.

5 - Assim como em 1985, o momento histórico volta a nos ser favorável, com a possibilidade concreta de garantia desta conquista para todos os jornalistas. Para isso é preciso que haja uma grande mobilização nacional da categoria, do Parlamento, do Governo Federal e da sociedade – articulada pelos sindicatos e sua Federação –, de modo a assegurar não só a aprovação da matéria pelo Congresso Nacional, como também a sanção pela presidenta Dilma Roussef.

6 - Além de possibilitar uma remuneração isonômica para todos os jornalistas brasileiros, sobretudo em estados e municípios onde nem sequer existem pisos

salariais estabelecidos, a aprovação do Projeto de Lei 2960/11 será um mecanismo de enfrentamento da escalada da precarização das relações de trabalho em todo o país, marcadas pelo desrespeito à legislação trabalhista, pela violência, falta de segurança e práticas antissindicalistas.

7 - A “pejotização”, os “frilas-fixos”, a contratação de falsos estagiários, o desrespeito aos direitos autorais, o acúmulo e o desvio de funções, as jornadas extenuantes de trabalho, o assédio moral e a tão propalada “sinergia”, que atingem em cheio a saúde do jornalista - provocando transtornos mentais e doenças físicas -, está construído um cenário preocupante para o futuro do jornalismo no Brasil.

8 - Mais preocupante, porém, é a banalização da violência contra os jornalistas no exercício da profissão e a naturalização da deterioração de sua qualidade de vida no trabalho. Superar a aceitação de que o jornalismo é “uma profissão de risco”, começando pelo posicionamento de que é inadmissível profissionais de nível superior terem pisos salariais inferiores a dois salários mínimos (R\$ 1.244,00), é um dos maiores desafios impostos pela história recente ao movimento sindical dos jornalistas brasileiros. Neste sentido:

1 - A FENAJ, por meio de seus 31 sindicatos filiados e entidades parceiras devem intensificar a Campanha em Defesa do Piso Nacional junto à categoria, à Academia e à sociedade, no sentido de organizar gestões conjuntas dirigidas às bancadas dos Estados e líderes partidários do Congresso Nacional, além de lideranças do Governo Federal, pela aprovação e sanção presidencial da matéria.

2 - Propor às entidades patronais a abertura de negociação para a construção de um Protocolo Nacional para as questões: a) salarial (instituição do Piso Nacional e ampliação dos direitos trabalhistas da categoria para além dos benefícios já previstos na legislação vigente); b) de Segurança; e c) de direitos autorais.

3 - A FENAJ deve propor às entidades patronais uma campanha salarial nacional e uma data-base única para a categoria dos jornalistas;

4 - A FENAJ e os seus sindicatos, com o apoio da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), devem retomar a campanha “Jornalistas são vítimas da violência no trabalho”, com o objetivo de esclarecer à categoria que não há outra maneira de superar a



escalada da precarização da profissão senão por meio da organização coletiva nos locais de trabalho, da filiação e do fortalecimento dos sindicatos de jornalistas em todo o Brasil;

5 - Que a FENAJ deve levar os casos de assédio moral e práticas antissindicaais contra dirigentes sindicais dos jornalistas ao conhecimento de organismos internacionais de defesa dos trabalhadores;

Combater a precarização e a exploração do trabalho dos jornalistas

1 - A convergência de mídias e a ofensiva patronal

2. O movimento sindical dos jornalistas vem sentindo o impacto da desestruturação das relações de trabalho que marcam a fase atual do capitalismo. No caso específico deste setor, configura-se o avanço de um movimento que acompanha o nascimento do neoliberalismo e chega aos dias de hoje em fase ascendente: a convergência de mídias.

3. Os jornalistas são impactados diretamente por um conjunto de tendências que dão novas formas à super exploração do trabalho: (1) a integração progressiva da produção de conteúdos para a distribuição por diferentes plataformas e janelas de exibição, (2) a pressão pela produção específica ou adaptação dos conteúdos para diversas mídias, (3) a exigência crescente do acúmulo de funções, muitas vezes a partir de facilidades técnicas no tratamento das informações (como a edição de imagens por editores de texto ou a edição de fotos por fotógrafos), (4) a exploração repetida - facilitada pelas possibilidades de reprodução do suporte digital - dos conteúdos produzidos sem remuneração correspondente, (5) a flexibilização das relações de contratação, e (6) o uso abusivo de estagiários para “baratear” a folha de pagamento das redações.

4. Crescentemente, grupos empresariais vêm pondo em prática a estratégia de sinergia, forçando seus

6 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas do Brasil deve fazer gestões junto aos três Poderes no sentido de reconhecer como jornalistas os servidores públicos concursados que exerçam funções privativas da categoria, com os devidos diploma de formação superior em Jornalismo e registro profissional, e que seja discutido um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para a profissão no serviço público.

profissionais a produzirem para mais de uma mídia ou diminuindo equipes.

5. O cenário de desregulamentação afeta também os segmentos que emergiram nas últimas décadas como os principais nichos de absorção de jornalistas: a assessoria de imprensa e a comunicação corporativa.

6. No poder público, tem ocorrido o uso de expedientes para burlar a CLT, como as contratações por meio de empresas nas quais os jornalistas entram como “sócios-cotistas” e de falsas “cooperativas” de jornalistas.

7. Um primeiro eixo de atuação é contra a proliferação das formas precárias de contratação. Antes apenas os “frilas fixos”, depois as terceirizações com o emprego de jornalistas sob a forma de empresas, a conhecida “pejotização”, tais práticas já evoluíram para a simples supressão de qualquer tipo de contrato em formas como a implantação de “empresas” conjuntas onde os jornalistas viram “acionistas” com direito a cotas equivalentes a salários. Tudo para burlar as obrigações que a carteira assinada garante.

8. A Fenaj deve combater tais práticas com campanhas contra as formas precárias, (3) atuação junto ao Ministério Público do Trabalho que promova uma ação junto aos principais empregadores que poderia ser seguida pelos sindicatos.

Fraude no trabalho: precarização, PJ e multiplataforma

1 – A FENAJ defende o cumprimento da jornada legal de trabalho dos jornalistas, com o pagamento das horas-extras, contratuais e eventuais, e combate o banco de horas.

2 – Com relação à sonegação do vínculo trabalhista, sob a forma de frilas-fixos ou PJs (ambos fraudes trabalhistas), a FENAJ deve apoiar que os sindicatos atuem para que haja mobilização e fiscalização nas empresas para obrigar as empresas a contratar os profissionais irregularmente sem vínculo. Nossa luta é para que a empresa registre o jornalista pelo salário bruto que lhe paga, para que não haja prejuízo ao profissional.

3 – A FENAJ apoia a ação dos sindicatos de combater o uso de estagiários como substitutos de jorna-

listas profissionais nas redações e luta para garantir que a atividade tenha caráter pedagógico, com funções adequadas, supervisão de profissional no local de trabalho e na instituição de ensino e respeito aos direitos dos estagiários, como pagamento adequado, respeito estrito à sua jornada e direito a férias antes de completar o período.

4 – A FENAJ e os sindicatos devem se opor irreduzivelmente a demissão de jornalistas em massa, realizando protestos e buscando barrá-las com a ação coletiva da categoria, exigindo das empresas negociação para revogar demissões efetuadas.

5 – No atual momento de defesa a todo custo dos direitos trabalhistas, a FENAJ manifesta sua oposi-

ção à proposta do Acordo Coletivo Especial (ACE), que pode entrar em discussão no Congresso Nacional. Mesmo com condicionantes a favor dos sindicatos, o ACE é baseado num fator danoso: a possibilidade de o sindicato assinar acordos abrindo mão de direitos legais.

6 – A generalização dos ataques aos direitos trabalhistas de todas as categorias, por parte dos empresários, realça a importância estratégica da unidade do conjunto da classe trabalhadora e reforça a opção da FENAJ pela construção da CUT, com prioridade para o ramo de Comunicações, que permite estreitar a ação com os sindicatos da área.

Fim do Banco de Horas

1 - Em janeiro de 1998 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei 9601, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Essa lei deveria normalizar o emprego temporário, mas numa manobra conhecida nos meios parlamentares com *Frankstein*, “outras providências”, tratou de alterar a redação do artigo 59 da CLT. Esse artigo regulamenta a extensão de jornada e as horas extras.

2 - A partir de então, o Brasil passou a ter “doutrinariamente, dois institutos distintos referentes a este mesmo tema - compensação de jornada de trabalho -, sendo eles: o regime compensatório, em sua versão clássica (predominante até a Lei nº 9.601/98); e sua nova versão, como banco de horas (regulado pela Lei supra mencionada)”. (PINHO, 2008).

3 - Passados 14 anos, o saldo desta medida se mostrou extremamente negativo e prejudicial ao trabalhador. Em março de 2010, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou um dado estupefacente: Empresas brasileiras podem estar deixando de pagar R\$ 20,3 bilhões em horas-extras por ano. “Levantamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, mostra que R\$ 20,3 bilhões referentes a horas-extras podem estar deixando de ser pagas aos trabalhadores brasileiros anual-

mente. Ao deixar de registrar o trabalho adicional de seus empregados, a sonegação à Previdência Social pode chegar a R\$ 4,1 bilhões, e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço mais R\$ 1,6 bilhão. Somadas, as horas-extras trabalhadas e não pagas no Brasil equivalem à carga horária referente a 956,8 mil empregos, que poderiam ser gerados em lugar do trabalho extra não remunerado. O estudo tem como base o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) do MTE (2012).

4 - Em Minas e em outros estados brasileiros, os jornalistas e outras categorias, acreditando que esse seria um instrumento para assegurar empregos e vagas no mercado do trabalho, numa época de desemprego e demissões, aprovaram a inclusão da cláusula do banco de horas em suas convenções e acordos coletivos.

5 - A decisão tornou-se desastrosa. O empresariado se recusa e sempre vai se recusar a retirar esse instrumento das convenções ou, sequer melhorar as condições de compensação das horas extras.

Entendendo que esta é uma luta dos jornalistas de todo o Brasil, a Fenaj deve incluir na sua pauta de lutas a exclusão dos § 2º e § 3º dos Art. 59 da CLT, que introduziram a figura do banco de horas.

6 - Saúde e segurança

Saúde e segurança dos Jornalistas devem ser de responsabilidade compartilhada

1 - A FENAJ, entidade maior de representação dos jornalistas brasileiros, reconhece que nos últimos 12 meses houve um preocupante aumento do número de casos de violência extrema contra jornalistas no país: seis profissionais foram mortos e, ao que tudo indica, por causa de suas atividades.

2 - Os números são alarmantes e a FENAJ está tomando as providências para que haja uma reversão do quadro. Entre as ações da Federação, destacam-se as denúncias dos casos e a cobrança de apuração rigorosa e punição dos culpados, e também iniciati-

vas de medidas legais, como a federalização das investigações de crimes contra os jornalistas.

3 - A FENAJ, entretanto, não identifica o Jornalismo como uma atividade de risco. As condições de trabalho que são impostas à categoria, associadas a desvios do papel do Jornalismo – com a espetacularização da violência, a escatologia e a aceitação pessoal (por parte do profissional) de tarefas que não lhe cabem – tem “transformado” a profissão em uma atividade perigosa para inúmeros profissionais. O perigo deixou a zona restrita da cobertura de guerras e

de conflitos sociais por causa das imposições das empresas de comunicação. Também cresceram significativamente os crimes e ameaças de natureza política contra os jornalistas.

4 - Mas é preciso reverter esta situação com a não-aceitação por parte da categoria (e da sociedade) de que o jornalismo é uma atividade perigosa por sua própria natureza. A realidade dos profissionais brasileiros é dura. Além de assassinatos, atentados, agressões físicas e verbais, ameaças, prisões, cárcere privado, tortura e censura, outras formas de violência estão presentes no exercício profissional dos jornalistas brasileiros.

5 - Tudo isso, entretanto, não é “natural”. Alertamos sempre que a violência cotidiana das redações e a violência externa sofrida pelos jornalistas têm causas concretas e, invariavelmente, constituem atentado contra a liberdade de expressão e de imprensa e contra o direito constitucional de acesso à informação de qualidade.

6 - Essas violências que oprimem o jornalista e afetam sua saúde física e mental têm sido combatidas pelas entidades representativas da categoria (Sindicatos e FENAJ). Mas é preciso ir além: categoria (e suas entidades representativas), empresas, poder público e sociedade devem assumir suas responsabilidades para garantir a saúde e a segurança dos profissionais.

7 - Ao poder público cabe construir e implementar políticas públicas de segurança para os jornalistas e demais cidadãos e combater a impunidade, por meio da apuração rigorosa dos casos de violência e punição dos culpados.

8 - Às empresas empregadoras cabe o respeito à legislação trabalhista brasileira, a melhoria das condições de trabalho, a remuneração digna, o respeito aos princípios e normas do Jornalismo e ao Código de Ética do Jornalista Brasileiro, além da definição de normas claras de segurança para coberturas consideradas de risco.

9 - Já a sociedade em geral precisa reconhecer a importância do Jornalismo e da valorização do profissional jornalista. Igualmente, precisa dar um basta aos veículos que, em função das vendas, afrontam o Jornalismo, com constante desrespeito às suas normas (técnicas e éticas) e violações à dignidade humana.

10 - Aos profissionais cabe a defesa do Jornalismo em seus locais de trabalho, assim como a defesa do respeito à legislação trabalhista, da melhoria das condições de trabalho e da definição de normas de segurança, que deverão ser observadas individual e coletivamente. O jornalista também deve ter a consciência de que, se aceita individualmente correr grandes riscos, está prejudicando a todos, coletivamente, ao “naturalizar” o perigo no exercício da profissão.

11 - As entidades representativas da categoria (FENAJ e Sindicatos) vão continuar a relatar, sistematizar e denunciar os casos de violência contra os jornalistas e intensificar a defesa da liberdade de expressão e de imprensa. Igualmente, vão trabalhar para a definição de políticas e ações para a preservação da saúde e do bem-estar dos jornalistas. Para isso devem:

1 – Reconstituir a Comissão de Direitos Humanos e Liberdade de Imprensa da FENAJ.

2 – Ampliar a cobertura do Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa da FENAJ.

3 – Desencadear uma campanha nacional pela aprovação do Projeto de Lei da Federalização da Investigação de Crimes contra Jornalistas, apresentado pelo deputado federal Delegado Protógenes.

4 – Propor um protocolo específico de segurança, dentro do protocolo nacional a ser negociado com as empresas empregadoras (que deve incluir também o Piso Nacional e a proteção dos direitos autorais) e que garanta entre as medidas e proteção uma cláusula que permita aos jornalistas recusar coberturas que ponham em risco a sua integridade física e psíquica., a garantia de coletes à prova de bala específicos e equipamentos de longo alcance para captação de imagens, treinamento em segurança para conscientização e adoção de estratégias de proteção e Comissões Paritárias para avaliação de segurança previstas em acordos coletivos.

5 – Criar o Observatório Nacional contra Impunidade

de Crimes contra Profissionais da Comunicação, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

6 – Realizar Seminário Internacional de Direitos Humanos em parceria com a FIJ.

7 – Constituir a Comissão da Verdade, Memória e Justiça da FENAJ, articulada com comissões estaduais, para contribuir com a Comissão da Verdade com relatos dos casos de jornalistas mortos, torturados, desaparecidos e censurados pela ditadura militar.

8 – Realizar um seminário nacional para a discussão de políticas e ações para a preservação da saúde do bem-estar dos jornalistas.

9 - A FENAJ deve orientar os Sindicatos de Jornalistas a criarem um banco de dados sobre os problemas de saúde que acometem os jornalistas, orientando-os a encaminhar seu diagnóstico ao MTE e ao INSS e promover o repasse à FENAJ para a proposição de ações que auxiliem o conhecimento e o tratamento dessas enfermidades.

10 - A FENAJ e os 31 Sindicatos de Jornalistas devem se engajar na aprovação do Projeto de Lei do

deputado Marco Maia (PT/RS), que cria condições especiais de trabalho e de aposentadoria para repórteres fotográficos e cinematográficos.

11 - Ainda no que tange à saúde e segurança dos jornalistas, a FENAJ deve:

a) Orientar os Sindicatos para difundir no meio profissional o direito ao ressarcimento por danos físicos, destacando-se os aspectos legais. Incluir na convenção coletiva de trabalho cláusula de folga remunerada (caso do porte de peso pelos jornalistas de imagem) e multa para empresas que não atenderem os requisitos mínimos de segurança para impedir que aconteçam danos físicos;

b) Não aceitar a argumentação de que dirigir viaturas após o estresse de produzir a matéria e de finalizá-la na redação se trata de mais uma atividade laboral extra, pois dirigir soma-se ao cansaço físico e mental desprendido na captação da matéria com as tensões inerentes à atividade. Recorrer, se necessário, à Justiça para impedir mais essa forma de exploração do jornalista;

c) Promover campanha permanente de esclarecimento e combate ao assédio moral. Para se por fim a esta prática hedionda, a campanha deve orientar os jornalistas a documentar e denunciar toda forma de assédio, oferecendo mecanismos seguros de denúncia (disk denúncia, espaço no site), apoio jurídico e, conferindo a devida importância ao tema, criar um departamento de saúde para apoio e orientação às

vitimas do assédio, bem como das doenças profissionais, como a LER/DORT, entre outras;

d) Apoiar e estimular a participação na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho). Estimular a participação dos jornalistas nas CIPAs, como fator essencial de defesa da saúde e segurança. Incluir na Convenção Coletiva a realização da SIPAT, com participação do Sindicato;

e) Incluir nas Convenções Coletivas e Acordos de Trabalho cláusulas que amenizem o desgaste físico com folgas remuneradas como compensação ao esforço físico de levar peso (jornalistas de imagem);

g) Integrar o Coletivo de Saúde do Trabalhador das CUT's Estaduais e Nacional e participar dos debates do setor;

f) Realizar parcerias e consultoria técnica para defender e promover a saúde e a segurança dos jornalistas com entidades da área (exemplo: Fundacentro - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho e o DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho);

g) Informar que toda empresa tem de entregar ao trabalhador no ato da rescisão do contrato de trabalho o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, e que cabe ao Sindicato analisar o referido documento buscando os riscos à saúde. No caso dos jornalistas de texto, se refere mais aos aspectos ergonômicos e no caso de jornalistas de imagem, portar peso de câmera fotográfica e filmadora.

7 - Direito autoral

Direito Autoral no Jornalismo: a transformação cultural necessária

1 - O jornalista é um autor e como tal tem direitos intelectuais – entendidos como direitos autorais (morais e patrimoniais) sobre sua obra. Esta premissa e a necessidade da defesa dos direitos autorais fez com que a FENAJ, em seu congresso nacional realizado em Fortaleza em 1992, incorporasse a questão autoral em sua ação continuada de defesa da categoria. Neste congresso foi aprovada a criação do Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral na estrutura da Federação.

2 - Os desafios que os jornalistas enfrentam como autores de obras intelectuais ampliaram nos últimos anos com o desenvolvimento tecnológico, notadamente, com a popularização da internet. É precisamente na internet onde mais se verifica violações aos direitos autorais, sejam eles de jornalistas ou de outros profissionais intelectuais.

3 - A categoria reconhece que a informação não tem autor (ela é um bem público), mas chama a atenção para a necessidade de preservação da obra do jornalista. A produção jornalística exige um esforço intelectual que começa na busca da informação e só termina com o produto final. O esforço criativo, seja no texto, seja na imagem, faz do jornalista um autor.

4 - No Brasil, houve uma apropriação mais fácil e rápida do conceito de autoria na produção de imagens (fotografias, ilustrações, charges, infográficos). A identificação dos autores do jornalismo de imagem é prática institucionalizada, garantindo o direito moral dos jornalistas sobre sua obra. Mas é preciso garantir o direito patrimonial, que nem sempre é respeitado.

5 - Na produção de textos, entretanto, o reconhecimento da autoria ainda não é prática corrente. As notícias e até mesmo reportagens são frequentemente

te divulgadas sem a identificação do autor ou autores. Também são reproduzidas sem a sua autorização e, conseqüentemente, sem a devida renumeração, mesmo quando reproduzidas com fins comerciais.

6 - A criação da Associação de Propriedade Intelectual dos Jornalistas – APIJOR, em novembro de 2000, para cuidar diretamente do respeito ao direito autoral dos jornalistas (moral e patrimonial), ampliou as formas de luta da categoria. Em seus doze anos de existência, a APIJOR teve atuação constante e próxima dos sindicatos e da FENAJ, ajudando a introduzir e disseminar o debate entre profissionais de todo o país.

7 - Atualmente, frente aos novos desafios impostos pela organização do capital nos meios de comunicação é preciso dar um salto de qualidade na ação, tanto da APIJOR quanto da FENAJ, na área do direito autoral, promovendo uma maior integração entre as duas entidades. Também é preciso intensificar

o debate sobre direitos autorais dos jornalistas para que cada um, individualmente, e o coletivo, passe a defender a luta pelo respeito à propriedade intelectual.

8 - Nesta perspectiva, delibera-se:

1 - Que seja designado pela Executiva um integrante do Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral da FENAJ para responder especificamente pela questão do Direito Autoral, sendo o interlocutor com a APIJOR.

2 - Que seja realizado, em 2013, Seminário Internacional de Direito Autoral dos Jornalistas para tratar do tema e avaliar as experiências de outros países.

3 - Que a questão do direito autoral seja tratada no Protocolo Nacional a ser negociado com as empresas de comunicação, abrangendo Piso Nacional e segurança dos jornalistas.

8 - Ética

Código de Ética deve orientar a conduta profissional dos Jornalistas

1 - “A imprensa é o olho da Nação que está sempre perscrutando e vendo onde há uma irregularidade, onde há uma falha, uma falta, para que venha de público acusar isso. Esta vista precisa ser límpida, perfeita. Não pode sofrer nem mesmo de catarata. Se for incompreendida a Nação ficará às escuras...” (Rui Barbosa).

2 - Considerando a atual conjuntura brasileira, essa máxima do jurista e jornalista Rui Barbosa, proferida na década de 1920, passa cada vez a ser mais atual, pois se encaixa precisamente como um dos princípios da profissão jornalismo.

3 - Preconizado pelos jornalistas, após intensos debates e de uma pesquisa pública aberta a toda sociedade brasileira no site da FENAJ, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros foi atualizado no ano de 2007, em Congresso Nacional convocado para este fim.

4 - Mas, mesmo com a palavra ética inserida na maioria dos discursos e sendo colocada num pedestal de importância, como norteadora principal da nossa profissão, passados cinco anos de aprovação do Código, a categoria não se apropriou devidamente do seu Código de Ética e ainda estamos discutindo estratégias que possam consolidar este instrumento de conduta, seu monitoramento e sua efetiva aplicação no meio jornalístico.

5 - Deparamo-nos com certa relativização de autores e pensadores sobre a falta de ética que atravessamos no país. Na profissão, querem culpar “os dilemas éticos que fazem parte da rotina do jornalismo. Rotina que muitas vezes força o profissional a tomar decisões por reflexo e não por reflexão”.

6 - Outro fator importante e preocupante é que artigos do Código de Ética que devem ser amplamente divulgados, não têm recebido a devida atenção da categoria. Podemos citar, entre eles, a cláusula de consciência. Polêmica, a novidade já é um direito conquistado em países da Europa, por exemplo.

7 - Tomando como base o texto da tese da Comissão Nacional de Ética (CNE), apresentada no 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, podemos afirmar que “no contexto nacional, a cláusula de consciência surge na evolução dos debates sobre o assédio moral no mundo do trabalho. Entre repórteres e editores, não é prática rara o hábito de pautar coberturas que não só contrariam as convicções individuais dos trabalhadores, mas também desviam-se das definições do bom jornalismo. Além das preocupações com métodos heterodoxos de obtenção da informação”.

8 - Se os jornalistas ainda não estão utilizando o Código de Ética no seu dia a dia, como instrumento de orientação de conduta e definição de limites, paradoxalmente, as consultas à Comissão Nacional de Ética, por parte de membros da sociedade civil, vêm aumentando. As consultas não podem ser submetidas à apreciação, já que a CNE, por força de seu

Estatuto, funciona somente em grau de recurso. Mas os demandantes recebem a informação de que o caminho, em primeira instância, é uma denúncia formal à Comissão Estadual de Ética, mantida pelos Sindicatos locais.

9 - A sociedade procura, cada vez mais, formas de denunciar a prática do jornalismo antiético e de punição dos profissionais responsáveis. Os profissionais também precisam criar uma cultura da ética no Jornalismo, pela observância e difusão de seu Código de Ética.

10 - Diante do que acima está exposto, os Delegados do 35º Congresso Nacional de Jornalistas deliberam:

1 – Todas as Comissões de Ética Estaduais devem seguir o Regimento Interno das Comissões de Ética dos Sindicatos, já discutido e aprovado.

2 – Recomenda-se que os Sindicatos realizem seminários estaduais, precedendo o II Seminário Nacional de Ética, que deverá ser realizado no ano de 2014, com o objetivo de promover ampla discussão nacional sobre o fortalecimento das Comissões de Ética dos Sindicatos, da Comissão Nacional de Ética, como instâncias independentes, e a avaliação da aplicação do atual Código de Ética.

3 – Aprovar a criação de um sistema permanente para monitorar e avaliar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

9 - Jornalismo digital

Ampliar a organização dos Núcleos de jornalistas de Web

1 - O jornalismo online ganha cada vez mais espaço no mercado e exige dos jornalistas conhecimentos específicos e habilidade para trabalhar com novos canais de veiculação e novas ferramentas de produção de conteúdo. Diante deste cenário, é papel dos Sindicatos de Jornalistas aglutinar as discussões em torno deste segmento, contribuindo para a melhor formação e para melhores condições de trabalho dos jornalistas de web.

2 - Esta atuação dos Sindicatos de Jornalistas ocorre por meio da criação de Núcleos de Jornalistas de Web e Novas Tecnologias. O núcleo tem o objetivo de reunir os profissionais que trabalham com

jornalismo online e, a partir disso, promover eventos e discussões referentes a esta atividade.

3 - Com ações virtuais e presenciais, o Núcleo deve atuar para que as empresas ofereçam as condições e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do trabalho dos jornalistas de web, especialmente em coberturas fora das redações.

4 - Neste sentido, a FENAJ deve promover espaços de debate e iniciativas para maior organização sindical dos Jornalistas de Web, através do intercâmbio de experiências entre os Sindicatos onde estes Núcleos já estão constituídos e incentive a criação de novos núcleos em outras unidades da Federação.

10 - Inclusão social

Apoio a jornalistas e grupos de comunidades quilombolas e indígenas

1 - As inúmeras diferenças entre culturas nos estados brasileiros criam um quadro diversificado de lutas em torno dos movimentos sociais. Uma representação dessas lutas é a de comunidades, a exemplo de quilombolas e indígenas. Estes grupos estão ligados historicamente à opressão e a discriminação por parte dos meios de comunicação. A falta de apoio a jornalista pertencentes ou ligados a esses grupos aumenta sua marginalização e esquecimento dentro de uma sociedade preconceituosa e submissa à visão da classe dominante.

2 - A defesa da emancipação e o apoio aos grupos quilombolas e indígenas é de responsabilidade do governo e de entidades ligadas à causa. A falta de participação de jornalistas e dos sindicatos nestes movimentos aumenta a necessidade de apoio e subsidio a uma luta conjunta em defesa do direito a comunicação.

3 - O estado do Mato Grosso é um dos que concentra a maior parte da população indígena no país. A falta de diálogo com as comunidades acaba

sustentando uma visão deturpada de sua cultura. As dificuldades de indígenas ingressarem em um curso superior tornam-se um obstáculo para que eles possam ter acesso a produção e participação nos meios de comunicação.

4 - Na perspectiva de combate a toda forma de opressão, discriminação e desigualdades, delibera-se:

A – Sindicatos devem incentivar o debate e a posterior criação de grupos organizados que lutem pela promoção da igualdade étnico-racial e com o recorte de gênero.

B – A realização do Encontro Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, conforme decisão tomada em congresso da categoria.

C – O compromisso de jornalistas, negros e não negros, em defesa da cidadania e da sustentabilidade.

D – Realização onde não houver e incremento do já existente em termos de ações sindicais voltadas para o diálogo e parcerias com grupos do Movimento Negro, incentivando o tema jornalismo como transversal nestas iniciativas.

E – Parcerias a serem criadas onde não houver ainda e intensificadas as já existentes com instituições relevantes nas áreas de educação e cultura para que o

debate sobre igualdade racial aconteça e dele surjam iniciativas de promoção da mesma.

F – Intensificação da campanha pela auto-declaração de cor/etnia nas fichas cadastrais de sindicalização e de atualização de dados feitas periodicamente pelos sindicatos.

G -Luta pela colocação nas pautas jornalísticas do tema luta contra o racismo ambiental, que nos grandes centros urbanos relaciona-se, por exemplo, com o saneamento básico.

H – O incentivo ao uso das redes sociais como estratégia dos jornalistas, especialmente os negros, na participação em contextos comunicativos para defender a cidadania e a sustentabilidade.

I – A defesa permanente da legislação anti-racista e que promove a igualdade racial no País, como p.ex o artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (lei federal 9394 de 1996 – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena).

J – Reafirmar a articulação entre educação e trabalho no sentido de promover o acesso e permanência de estudantes e profissionais negras e negros na academia e no mercado de trabalho.

11 - Assessoria de imprensa

Valorização dos jornalistas da comunicação pública

1- A democratização da comunicação passa cada dia mais pelo fortalecimento de uma comunicação pública que priorize a diversidade e a pluralidade de vozes da sociedade brasileira. A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) marcou um novo momento neste cenário e tem impulsionado o investimento na área em todo o Brasil. A valorização dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor precisa crescer em igual ou maior proporção.

2- Para isso, é fundamental que os sindicatos e a Federação Nacional dos Jornalistas lutem por mecanismos de gestão participativa nas empresas públicas de comunicação, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Os veículos de comunicação do Executivo, Legislativo e do Judiciário, bem como de empresas públicas, devem acompanhar as iniciativas de controle social interno e externo, uma vez que são mantidos com recursos públicos.

3- Além da gestão participativa, os trabalhadores e trabalhadoras desse setor necessitam de forte apoio

em suas campanhas salariais e acordos coletivos, instrumentos por meio dos quais podem ser ampliados os mecanismos de independência editorial tão preciosos para toda a sociedade. Os sindicatos e a Fenaj não podem admitir que as empresas e instituições públicas reproduzam mecanismos de precarização do trabalho, como contratação de pessoas jurídicas (como tem ocorrido na EBC), descumprimento da carga horária de trabalho e acúmulo de funções.

4- O sistema público de comunicação deve estar à frente do privado, realizando concursos públicos, estabelecendo pisos salariais acima dos praticados no mercado e combatendo práticas de assédio moral. Nos concursos, é fundamental e urgente a exigência de diploma específico em jornalismo para contratação de jornalistas e adoção de cotas étnico-raciais, que devem ser acompanhadas de programas internos de promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual.

12 - Perfil do jornalista

Da pesquisa à ação

1 - Demanda da categoria apresentada em diversos congressos nacionais, a FENAJ está realizando em cooperação com pesquisadores e bolsistas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), com o apoio do FNPJ e SBPJor, a pesquisa Perfil Profissional do Jornalismo Brasileiro. O objetivo inicial do trabalho é definir o número de jornalistas em atuação no Brasil e, partindo daí, realizar uma série de outras pesquisas destinadas a traçar um perfil desses profissionais, mapeando onde trabalham, quanto ganham, que funções ocupam, qual sua distribuição regional, por gênero, religião ou etnia e outras informações relevantes para a categoria, para o movimento sindical e associativo, para a sociedade, para o governo. Os jornalistas são uma categoria profissional estratégica para o estudo dos impactos das transformações no modo de produção capitalista sobre o mercado de trabalho (na era da informação).

2 - Alguns esforços têm sido feitos com objetivos semelhantes, mas a ausência de uma estimativa confiável sobre o número e a distribuição territorial dos jornalistas no país condena todos os estudos já realizados baseados em amostra aleatória, em geral dependente do interesse do entrevistado em participar do levantamento. Tais escolhas metodológicas conduzem a resultados inevitavelmente enviesados em termos quantitativos.

3 - A quantificação da categoria permitirá, ainda, a realização de pesquisas comparativas entre as realidades do ofício no Brasil e em outros países, como Portugal ou França, nos quais estudos sobre o perfil

dos jornalistas têm sido feitas com regularidade. Também contribuirá, com uma diversidade de dados, para a quantificação das escolas e para a reflexão sobre a composição dos currículos dos cursos de formação de jornalistas no país e para a redefinição das estratégias de controle da distribuição dos cursos no território nacional, em função da demanda por profissionais da área.

4 - A previsão é que os primeiros dados já estejam à disposição da categoria e da sociedade no primeiro semestre de 2013. Essas informações serão importantes para a definição de linha de ação sindical, em especial as políticas voltadas para a mobilização e enfrentamento da realidade salarial e condições de trabalho dos jornalistas em todo País.

5 - Neste sentido, delibera-se:

A - Que a FENAJ divulgue de forma mais ampla os resultados da pesquisa sobre o perfil da profissão no Brasil, inclusive através de impressos e materiais audiovisuais, dentro de suas possibilidades.

B - Que a FENAJ discuta a continuidade do trabalho com a realização de pesquisas complementares, inclusive envolvendo outras instituições de ensino;

C - Que a FENAJ realize e, juntamente com os Sindicatos, com a participação de dirigentes sindicais e especialistas convidados, atividade para avaliar o resultado do trabalho e traçar linhas de ação sindical voltadas para ampliar a mobilização e apoiar os Sindicatos nas lutas por melhores salários e condições de trabalho.

13 - Ação sindical

A unidade dos trabalhadores do ramo da comunicação

1 - Na década de 1930 o estado de São Paulo despontou como o grande centro da modernidade industrial e, como decorrência do desenvolvimento, os jornalistas fundaram seu próprio Sindicato em 15 de abril 1937. Em 1942, foi realizado o Primeiro Congresso dos Jornalistas Profissionais, na ocasião já foram registradas propostas de criação de cursos universitários para jornalistas, o que se concretiza em 1947, com a inauguração da primeira faculdade de jornalismo.

2 - Com o surgimento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi implantado no Brasil um modelo sindical corporativista, unitário e tendo como base territorial o município. Nos anos seguintes, vários sindicatos foram organizados seguindo estas regras. No entanto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) surgiu com uma característica que o diferenciou do modelo varguista; a entidade dos jornalistas nasceu com abrangência estadual. Mesmo hoje, decorridos tantos anos, o mo-

delo regional é predominante e o SJSP uma exceção.

3 - Esta unidade foi central para que após anos de luta político-sindical os jornalistas conquistassem, por exemplo, o piso salarial com a histórica greve de 1961; a regulamentação profissional e a formação superior específica em 1969. Muitas dessas conquistas estão, na atual conjuntura, sofrendo violentos ataques dos empresários da comunicação, como é o caso da formação universitária específica para o exercício profissional, derrubada por decisão do STF e, agora, alvo de nova lei em debate no Legislativo. Esta luta pelo restabelecimento da obrigatoriedade do diploma é uma luta nacional que precisa ser levada à frente por uma categoria unida. Fracionar o sindicato dos jornalistas em pequenas unidades territoriais enfraquece o poder de pressão sobre os parlamentares.

4 - Portanto, a abrangência estadual é uma conquista sindical que precisa ser preservada. Atualmente os veículos de comunicação não são mais empreendimentos locais. Mesmo no interior do estado os grupos de mídia adquiriram o caráter regional e as grandes redes são conglomerados nacionais de mídia e alguns, inclusive, mantêm ligações com empresas internacionais. Essas empresas são gerenciadas dentro do espírito capitalista clássico que procura obter o máximo de rendimento com o mínimo de investimento. Nesse sentido, para os proprietários dos veículos de comunicação, a divisão em várias entidades menores é vantajosa e não há o menor interesse que os jornalistas atuem conjuntamente com outras categorias envolvidas no processo produtivo. A desorganização profissional e sindical é benéfica para o patronato.

5 - Atualmente, existe um claro projeto político, capitaneado pelo setor patronal, de fragilizar a regulamentação profissional dos jornalistas. A ponta desse iceberg é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista, atendendo a ação civil pública movida pelo procurador da República André de Carvalho Ramos, instado pelos veículos de comunicação.

6 - Se temos problemas externos, também há divisão interna entre os trabalhadores do setor da comunicação. Essa divisão se estende no campo dos alinhamentos sindicais, enquanto jornalistas e editores de livros são filiados à CUT, os gráficos estão na Força Sindical e os radialistas se aproximam da Conlutas. Além disso, alguns sindicatos não participam de nenhuma central. Necessário salientar que a divisão dificulta o trabalho, mas a busca pela ação conjunta em questões específicas é uma preocupação permanente. Campanhas salariais, defesas do nível de emprego e participação unitária em ações comuns às categorias, o que já vem ocorrendo pontualmente, são exemplos desta unidade.

7 - Necessário salientar que os trabalhadores da co-

municação já realizaram uma grande experiências de unidade na ação: a criação do FICO – Fórum Inter-sindical da Comunicação, que realizou, em maio de 2003, seu 1º Seminário que reuniu os sindicatos de Jornalistas, Radialistas, Publicitários, Gráficos, Artistas, Empregados em Editoras de Livros, Empregados Administrativos em Jornais e Revistas e Distribuidores de Jornais e Revistas.

8 - Outra questão estratégica para manter e aprofundar a unidade em torno do SJSP é ampliar o universo dos jornalistas abrangidos por nossas Convenções Coletivas. É necessário garantir aos jornalistas contratados por empresas de internet e por editoras de livros (que produzem revistas, sites e outros conteúdos jornalísticos) os mesmos direitos de seus colegas de empresas jornalísticas. Afinal, somos uma categoria diferenciada, que tem direito à representação sindical própria.

9 - Um capítulo à parte são os jornalistas que trabalham em sindicatos. As entidades sindicais, com frequência, não respeitam direitos, como o do registro em carteira, à correta identificação na carteira e a jornada de trabalho, entre outros. Assim, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo deverá encaminhar a formalização dos contratos de trabalho dos profissionais de comunicação (jornalistas) que atuam nos sindicatos e centrais sindicais, a começar pela CUT, a qual nosso sindicato é filiado (departamentos de comunicação da CUT e dos sindicatos filiados à Central), tomando como base a Convenção Coletiva de Trabalho de Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. O Sindicato dos Jornalistas, em conjunto com a Fenaj, deve pleitear, junto às centrais, a começar pela CUT, a regularização dos departamentos de comunicação por todo o país.

10 - O Sindicato deve utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho de Assessoria de Imprensa como base para o estabelecimento de negociações e acordos com empresas privadas, cuja atividade fim não seja o jornalismo, mas que no entanto possuam profissionais jornalistas com funções nesta área, acrescidas das especificidades do segmento.

11 - Devido a recente tentativa divisionista de uma minoria de criar um sindicato regional no interior de São Paulo, tentativa rechaçada pela categoria e pela atuação enérgica do Sindicato dos Jornalistas, faz-se necessário reafirmar o caráter unitário das lutas e da organização dos jornalistas no Estado.

12 - A unidade, portanto, se dá na ação coordenada e, para nortear nossa atividade, temos como base a defesa da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), bandeira da CUT desde a sua fundação, em 1983, que estabelece a liberdade e autonomia sindical. Isso significa que a unidade das entidades sindicais deve ser construída pelos próprios trabalhadores, e não imposta pelo estado. Ao

mesmo tempo, os sindicatos devem ser totalmente autônomos dos patrões e dos governos, como condição fundamental para a defesa incondicional de todos os direitos trabalhistas.

Neste sentido, deve-se:

A – Atuar para a construção de um ramo de comunicação forte no interior da CUT, central a qual estamos filiados e que tem como eixo estratégico a divisão por ramos, sendo o da comunicação o mais frágil e menos organizado.

B – Rechaçar qualquer tentativa divisionista no interior

da categoria.

C – Intensificar a atuação conjunta entre sindicatos da área para potencializar as lutas em benefícios dos trabalhadores do setor da comunicação.

D – Criar uma força-tarefa que reúna a Fenaj, os sindicatos de jornalistas, as Arfocs de todo o Brasil, a CUT e outras centrais que queiram apoiar esta luta e cobrar a aprovação dos Projetos de Lei sobre a aposentadoria especial para jornalistas de imagem (PL Marco Maia) e o que autoriza os profissionais a adquirirem equipamentos com isenção de impostos.

14 - Exercício profissional

Profissional de comunicação deve se afastar da mídia como trabalhador quando passar a exercer cargo político

1 - É indiscutível que os veículos de comunicação, em menor ou maior grau, geram influência nas decisões daqueles que recebem as informações divulgadas por eles.

2 - Independentemente do grau de influência – alterado conforme o contexto em que o receptor está inserido – os veículos servem, ao menos, para ‘agendar’ as discussões sobre temas de relevância para a sociedade.

3 - A imprensa, portanto, é responsável, no mínimo, por gerar debates, por dar importância ao que é considerado ‘notícia’.

4 - Aquele que repassa a informação – o apresentador de programa jornalístico ou de entretenimento, o repórter, o rádio-jornalista ou o locutor, etc. – inevitavelmente expressa nos veículos de comunicação um posicionamento, seja dele, seja do veículo. E, também inevitavelmente, o público é influenciado, ora concordando com a visão exposta, ora sendo contrário.

5 - Nesse contexto, o transmissor da informação toma visibilidade e, muitas vezes, se utiliza disso para se beneficiar de cargos eletivos. Frequentemente, profissionais da comunicação são eleitos e mantêm-se no poder, utilizando, ainda, da máquina que o elegeu: a mídia, fazendo propaganda política extemporânea.

6 - Para manter-se no poder, possivelmente exclui

do veículo onde trabalha informações que o comprometem; daria mais visibilidade a projetos que o engrandeceria; teria um posicionamento duvidoso.

7 - Mais que isso, não se poderá confiar no método para a escolha do que é notícia.

Por isso delibera-se:

A - Que a FENAJ elabore um projeto de lei que obrigue todo profissional de comunicação a se manter afastado de veículos comunicacionais – na condição de trabalhador - enquanto estiver exercendo exercendo mandatos políticos partidários. E apresentar o projeto na Câmara dos Deputados.

B - Que a Fenaj pressione o Congresso Nacional para votar o Projeto de lei derivado da proposta 121 da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

C - O espaço na mídia, com essa medida, passará a ser conquistado por este representante do poder legislativo ou executivo, assim como todos os outros cidadãos conquistam – a partir da aprovação no filtro de escolha da notícia, utilizado por determinado veículo.

D - Que a categoria se mobilize, liderada pelos demais sindicatos de jornalistas do País e Fenaj, em prol da aprovação do PL.

E - Que a Fenaj recorra às instituições públicas de direito pedindo o cumprimento da legislação eleitoral.

Prêmio de Jornalismo Ambiental Chico Mendes – proposta do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro foi apresentado em plenário e será apreciada pelo Conselho de Representantes da FENAJ em reunião a realizar-se no início de 2013.

Moções Aprovadas

Moção de Repúdio contra o Governo da Turquia

Nós, jornalistas brasileiros, reunidos em Rio Branco, no Acre, para o 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, repudiamos as tentativas do governo da Turquia de cercear a liberdade de imprensa e de expressão no país, ao manter na prisão 76 jornalistas acusados de traição e de conspiração contra o governo apenas por exercerem a atividade profissional com independência, ética e responsabilidade.

Em especial, exigimos a imediata libertação do jornalista investigativo Soner Yalçın, que irá a julgamento no próximo dia 16 de novembro, depois de passar 21 meses na prisão, acusado de terrorismo, trai-

ção e de conspiração contra o governo. Ele é conhecido no país por uma série de reportagens que denunciaram esquemas de corrupção do governo de Tayyip Erdogan e de várias autoridades turcas. Yalçın foi preso em fevereiro de 2011, quando a redação onde trabalha - a ODA TV - foi invadida por forças militares.

A FENAJ e seus 31 Sindicatos filiados se unem às entidades internacionais para denunciar a censura e a perseguição política a jornalistas na Turquia e expressam a solidariedade a todos os profissionais na prisão, muitos deles sem acusação formal e sem acesso a defesa.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção de repúdio às demissões em massa

Jornalistas profissionais reunidos no 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Rio Branco, no Acre, aprovam moção de repúdio às demissões em massa perpetradas pelas empresas de comunicação, num flagrante desrespeito à **Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, contra a dispensa imotivada. Em casos como os dos jornais dos Diários Associados de Campina Grande e João Pessoa (PB) e de Natal (RN), os patrões jogam sobre profissionais de comunicação as consequências da má gestão das empresas. Em outros, como no Jornal da Tarde (SP), transformam em dispensas arbitrárias a incapacidade na reformulação dos negócios no cenário de mudança tecnológica e de consu-

mo da informação. Igualmente inadmissível é o processo de demissões na Record News, que, sob o argumento de aprimorar a produção jornalística, demite dezenas de profissionais, sendo a maioria deles jornalistas. Nestes casos, as empresas de comunicação se escondem sob o manto de uma crise que utilizam como instrumento de suposta justificação de demissões. A categoria dos jornalistas entende que as empresas de comunicação se aproveitam do cenário para perpetrar uma agressão não apenas a cada profissional demitido arbitrariamente, mas também às suas famílias e à sociedade, contribuindo ainda mais para a exploração da mão-de-obra e para a redução da pluralidade de pensamento e informação.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção de repúdio às práticas antissindiciais

Os jornalistas brasileiros, reunidos em Rio Branco, no Acre, em seu 35º Congresso Nacional, repudiam as práticas antissindiciais de empresas e empresários da comunicação do Brasil e em especial do estado do Ceará.

Jornalistas respeitados por sua atuação profissional e por sua ação sindical têm sido perseguidos por seus empregadores justamente por defenderem os direitos da categoria. No Ceará, Samira de Castro, presidente em exercício do Sindicato, e os dirigentes Evilázio Bezerra, Mirton Peixoto e Déborah Lima,

também diretora da FENAJ, foram afastados compulsoriamente das redações onde trabalhavam.

A perseguição a dirigentes sindicais tem ocorrido também em outros estados brasileiros e precisa ser enfrentada pela categoria dos jornalistas e pelo conjunto dos trabalhadores. A FENAJ e seus 31 sindicatos filiados reafirmam o direito à organização autônoma dos trabalhadores e às ações sindicais de conscientização e mobilização das categorias na luta por seus direitos.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.



Moção de repúdio à censura da imprensa no Espírito Santo

Os jornalistas reunidos no 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 07 a 10 de novembro, no estado do Acre, repudiam a censura à imprensa do Espírito Santo durante o ano de 2012.

O Poder Judiciário do Espírito Santo estabeleceu censura prévia ao jornal on-line Século Diário, de propriedade do jornalista e ex-presidente do Sindijornalistas-ES Rogério Medeiros, na cobertura de denúncias contra o procurador estadual Marcelo Zenk, envolvido no grampo realizado, pelo Governo do Estado, a cerca de 200 jornalistas da Rede Gazeta, há 7 anos, e até agora nenhum tipo de apuração e punição aos verdadeiros culpados. Ao baixar censura prévia ao Século Diário, a sentença estabelece

vários critérios para “orientar” a elaboração de matérias sobre o referido procurador estadual.

Também repudiamos nova censura praticada contra o Século Diário que, na véspera do segundo turno das eleições municipais de 2012, foi “hackeado” e retirado do ar por duas vezes, sendo que na segunda teve todo o seu arquivo destruído.

Por fim, repudiamos as agressões sofridas por jornalistas durante as eleições de 2012, casos registrados em Cachoeiro do Itapemirim e em Vila Velha, onde equipes de TV’s foram barbaramente agredidas por cabos eleitorais de candidatos derrotados para as respectivas prefeituras.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção pela preservação do Museu do Índio no Rio de Janeiro

O Museu do Índio, no Rio de Janeiro, um prédio histórico onde o Marechal Rondon refletiu suas teses em defesa dos indígenas e Darcy Ribeiro começou a aprender e elaborar teses sobre os índios brasileiros, está ameaçado de ir abaixo.

É projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro derrubar o prédio histórico tendo em vista a construção de um amplo espaço para estacionamento de veículos. É a obsessão desenfreada do Governo do Estado em função dos megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O Museu do Índio, em vez de ser preservado pelo Estado e pela União, foi sendo sucateado ao longo

do tempo e aproveitando a oportunidade, o governador Sérgio Cabral decidiu pela derrubada do prédio.

O 35º Congresso Nacional dos Jornalistas se solidariza com a luta dos índios que ainda lá residem pela preservação deste importante espaço para a memória da história brasileira. E pede ao Governador do Estado do Rio de Janeiro que não leve adiante o seu projeto na prática vinculado a poderosos grupos econômicos que se mobilizam para obter lucros desenfreados com os megaeventos de 2014 e 2016.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Por que Kamña matou Kiña? Apiemieke?

(Por que os não indígenas mataram a nossa gente? Por quê?)

Os delegados e observadores do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Rio Branco/Acre, repudiam a ditadura militar e seus governos representantes nos estados pelo genocídio praticado contra os índios das etnias Waimiri-Atroari, no qual cerca de 2.000 indígenas foram mortos durante os 10 anos (1967 a 1977) de construção da BR 174 (Manaus/Boa Vista) nos territórios dos estados do Amazonas e Roraima, na Região Norte.

Diante do exposto, faz-se necessário que os agentes do Estado genocida respondam nos tribunais por seus crimes de lesa pátria. Portanto, é fundamental

que os comitês nos estados e a Comissão Nacional da Verdade dialoguem com o povo brasileiro para que possamos escrever a história dos que não tiveram a voz e liberdade, dos torturados e desaparecidos pelo regime da violência aos direitos humanos do povo.

O Comitê da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas, do qual com orgulho o Sindicato dos Jornalistas do Amazonas é parte integrante, segue o trabalho de investigação e pesquisa histórica sobre os crimes cometidos pela ditadura militar no Brasil, que tanto agrediram o país e seus filhos.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.



Moção de repúdio à detenção de jornalistas no exercício da profissão

Os participantes do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas repudiam a ação arbitrária da Polícia Militar do Amazonas. Em setembro passado, quatro jornalistas foram detidos na cidade de Manaus no momento em que apuravam a denúncia sobre conduta irresponsável de policiais militares do estado.

Por conta disso, os repórteres de texto André Moreira e Lívia Anselmo, o vídeo repórter Diego Cativo e o repórter cinematográfico Arthur Castro, de jornais locais, foram impedidos em suas atividades de trabalho e ordenados a apagar as imagens registradas no interior da 16ª Companhia Interativa Comunitária - CICOM, registradas de um veículo modelo Gol, de cor vermelha e placa não divulgada, roubado por um Cabo da Polícia Militar lotado na mesma CICOM.

Ao saber da chegada dos profissionais na Delegacia onde também funciona a Companhia de Guarda Militar, o Comandante da 16ª Companhia Interativa Comunitária, Major Benfica, exaltado e se sentindo ameaçado pela denúncia, ordenou que os repórteres apagassem as imagens registradas do veículo no Estacionamento da CICOM. Como a ordem não foi cumprida, os profissionais ficaram detidos na Unidade Militar.

Para intimidar os jornalistas, os militares chamaram dois Delgados de Polícia para ameaçar e pressionar os profissionais.

A liberação só aconteceu depois do pedido de editores ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Amazonas, Coronel Paulo Roberto Vital.

Esse fato demonstrou grave agressão à liberdade de imprensa e ao exercício da profissão dos jornalistas.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção em defesa da Voz do Brasil

A Voz do Brasil, um importante espaço informativo acompanhado em todo país por milhões de brasileiros, está tendo seu espaço cobiçado pelos proprietários de veículos radiofônicos, os que ocupam o espectro radial concedido pelo estado.

No Congresso o assédio é forte. Por iniciativa da liderança do PT na Câmara dos Deputados foi possível tirar de pauta o projeto que flexibilizava o horário da Voz do Brasil, o que na prática significa o início do fim deste importante espaço jornalístico com informações dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, porque se fosse aprovado não teria como ser fiscalizado que fosse ao ar.

No Superior Tribunal Federal o ministro Dias Toffi confirmou em decisão a legalidade na manutenção do horário das 19 às 20 horas da Voz do Brasil

Sugerimos que o 35º Congresso da FENAJ dirija uma carta aberta aos deputados argumentando sobre o importante papel informativo e cidadão da Voz do Brasil, apoiando, portanto, o posicionamento da Liderança do PT.

Esta mesma recomendação deve ser enviada ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, recentemente reativado, do qual a própria FENAJ integra.

Um dos argumentos utilizados pelo patronato midiático é de que a obrigatoriedade da Voz do Brasil ocorre na esfera privada. O argumento não procede, até porque é importante lembrar que o espectro eletromagnético das emissoras de rádio e televisão pertence ao Estado brasileiro, que concede aos empresários o funcionamento das emissoras. O espaço em questão não é privado, como tentam erradamente os proprietários demonstrar à opinião pública.

A Voz do Brasil é o programa mais antigo do rádio brasileiro e cumpre uma função da mais alta relevância neste país continente chamado Brasil.

Não se pode deixar de mencionar que o programa acumula três prêmios de jornalismo .

Na carta a ser dirigida ao Parlamento e ao Conselho de Comunicação Social é importante assinalar e repetir que milhões de brasileiros nos mais variados rincões da Pátria só têm acesso à informação através da Voz do Brasil e a flexibilização do horário seria impedir esse acesso. E enfatizar que o direito à informação é um direito humano.

Tendo em vista todos esses fatores, nós, jornalistas, não podemos silenciar diante dessa relevante questão.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.



Moção de apoio à greve dos jornalistas de Pernambuco

Jornalistas profissionais reunidos no **35º Congresso Nacional dos Jornalistas**, em Rio Branco, no Acre, aprovam moção de apoio à deflagração de greve pelos jornalistas profissionais de Pernambuco, como reação à postura desrespeitosa e intransigente das empresas de comunicação, que insistem em reduzir a **Campanha Salarial 2012** ao mero repasse da inflação apurada pelo menor índice. Em expressiva assembleia realizada no dia 08/11, por ampla maioria, a categoria autorizou à diretoria do **Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (Sinjope)** a deflagrar greve. O Jornal do Comércio, do Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM); Diário de Pernambuco e AquiPE, dos Diários Associados; e Folha de Pernambuco, do usineiro Eduar-

do Monteiro, além das emissoras de rádio e TV desses grupos, além da TV Globo e da TV Tribuna, do Grupo João Santos, se recusam a negociar a **Pauta de Reivindicações** e cessar o desrespeito à legislação da categoria e à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que já levaram o JCPM a sofrer uma Ação Civil Pública pela Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região (PRT6) e a Folha de Pernambuco a ter a execução de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) por descumprimento dos mesmos, além de outra Ação Civil Pública. A plenária recomenda que se dê ampla divulgação aos fatos, para driblar a censura do movimento pelas empresas de comunicação de Pernambuco.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção de repúdio à privatização da EMBRAPA

Os jornalistas reunidos em Rio Branco, capital do Acre, durante a realização do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, de 7 a 10 de novembro, repudiaram com veemência o Projeto de Lei 222/2008, do senador Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul, que prevê a privatização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). o projeto avança rápido no Congresso Nacional e já teve sua

relatoria aprovada. Ele propõe a transformação da estatal em empresa de economia mista, com ações negociáveis na Bolsa de Valores. Com isso, todo patrimônio conquistado nos últimos anos poderia recair em mãos de multinacionais, que já exploram o mercado de pesquisa no Brasil.

Em face disso, os jornalistas brasileiros pedem o arquivamento do projeto, ou seu veto por completo pela presidente Dilma Roussef.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção em defesa da PEC 115/95: Caatinga, Cerrado e Pampas: Patrimônio Nacional

A Constituição Federal de 1988 reconhece a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica como biomas, ignorando o cerrado, a Caatinga e os Pampas. Para corrigir esta lacuna, o Deputado Federal Pedro Wilson Guimarães, do PT, propôs, em 1995, Emenda Constitucional que inclui os biomas na condição de patrimônio nacional. Para ele, a não inserção do Cerrado, Pampas e Caatinga como patrimônio nacional no texto constitucional ocorreu por desconhecimento da importância ecológica destes biomas, sendo necessária a correção desse erro histórico para garantir políticas de desenvolvimento sustentável nessas regiões.

A PEC 115-A/95 tramita há 17 anos no Congresso Nacional. Aprovada por Comissão Especial, aguarda para ser votada em Plenário da Câmara dos Deputados (pronta para a pauta) em dois turnos de votação. Tem várias outras PECs apensadas, que tratam do mesmo assunto. Após aprovação na Câmara, seguirá para votação no Senado.

Juntas, as regiões do Cerrado, a Caatinga e os Pampas ocupam mais de 30% do território nacional. Os três biomas possuem biodiversidade única e exercem funções ecológicas vitais. O futuro do Brasil depende destes biomas centrais, frequentemente ameaçados pela degradação, desertificação e ocupação desordenada. A PEC 115 foi aprovada pelo Senado, em julho de 2010 e remetida para a Câmara dos Deputados, sem previsão para colocá-la em pauta. A sua importância é simbólica, porém justificará maior parcela na distribuição de recursos nacionais e internacionais, além de garantir ações de cooperação internacional para estes biomas.

Esta moção tem por objetivo criar um compromisso dos jornalistas brasileiros, dos Sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas pela aprovação da **PEC 115/95, que reconhece a Caatinga, o Cerrado e os Pampas como patrimônio nacional**.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Moção de apoio à carta pública dos indígenas Guarani e Kaiowá em defesa do direito de resposta na Revista Veja

Os jornalistas reunidos em Rio Branco denunciaram o teor racista e de estímulo ao ódio da reportagem “A ilusão de um paraíso” e “Visão Medieval de antropólogos deixa índios na penúria”, sobre a situação dos Guarani e Kaiowá, publicada no dia 4 de novembro em sua versão impressa e virtual.

A reportagem é claramente parcial e falseada, alterando deliberadamente dados sobre a situação sociopolítica e territorial daqueles indígenas no Mato Grosso do Sul; tratando os indígenas como seres incapazes; tratando de maneira difamatória os apoiadores não indígenas.

É bastante grave, num momento de conflito acirrado, e onde todos buscam superar os conflitos entre indígenas e fazendeiros, uma revista do porte de Veja tentar incendiar os ânimos e assim gerar mais dor, violência e perdas.

Os indígenas pedem que o maior número de organizações coassinem a carta exigindo direito de resposta. Ela também será encaminhada como denúncia ao Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul.

Subscvem a moção, além de delegados do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, a Aty Guasu (grande assembleia Guarani e Kaiowá), a Comissão de Professores Guarani e Kaiowá, o CIMI e a CPT.

Rio Branco, 10 de novembro de 2012.

Carta de Rio Branco

Os jornalistas brasileiros, reunidos em seu 35º Congresso Nacional, realizado em Rio Branco (Acre), no período de 7 a 10 de novembro, dirigem-se à Nação Brasileira para expressar suas preocupações relativas ao modelo de crescimento econômico adotado na maioria dos países do mundo, no qual o ser humano, o respeito aos demais seres vivos e a utilização responsável dos recursos naturais do planeta não são a prioridade.

A categoria entende que a mais recente crise do capitalismo reforça a necessidade de a humanidade buscar novos caminhos para o efetivo desenvolvimento dos diversos povos que habitam o planeta, reunidos ou não em nações. A forma predatória de exploração do ser humano e dos recursos naturais do planeta precisa dar lugar ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Este é um salto para o qual o Jornalismo e os jornalistas profissionais têm importante contribuição a dar. O Jornalismo Ambiental deve ser difundido até que cheguemos à condição ideal de que todo o Jornalismo seja ambiental. E, para além do jornalismo especializado, o olhar sobre as questões socioambientais – pilares da sustentabilidade – tem de estar presente, transversalmente em toda a cobertura jornalística.

O Jornalismo, como forma de conhecimento imediato da realidade, deve proporcionar aos cidadãos(ãs) brasileiros(as), as informações necessárias para a formação do juízo crítico em relação ao que é comumente apresentado como avanços para a Nação. Desenvolvimento medido pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, não revela os custos socioambientais que quase invariavelmente são gerados.

Para cumprir seu papel social, os jornalistas precisam contar com um ambiente de real liberdade de expressão e de democracia nas comunicações. Assim como os autonomistas acreanos lutaram, no passado, para conquistar seus direitos políticos, transformando o Acre em Estado, os jornalistas lutam pela conquista de autonomia intelectual sobre seu trabalho. Esta autonomia é condição para que o Jornalismo seja meio para a liberdade de expressão dos diversos segmentos da sociedade, em especial da classe trabalhadora.

A categoria, que é protagonista no debate sobre a democratização dos meios de comunicação, reitera a urgência da aprovação de um novo marco regulatório para a área das comunicações, sob a princípio do controle público dos meios, entendido como um conjunto de mecanismos e espaços públicos que atuam no sentido de impedir o predomínio de interesses

privados em detrimento do interesse geral da sociedade. Para isso, conclama a presidenta Dilma Rousseff a levar adiante as propostas aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009.

Entre estas propostas, os jornalistas destacam a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a aprovação de uma nova Lei de Imprensa para o país e a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação da profissão de jornalistas, tendo como base a criação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Jornalistas (CFJ) e, ainda, a retomada da exigência da formação de nível superior em Jornalismo para o exercício da profissão, com a aprovação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), já aprovada no Senado.

Neste sentido, os jornalistas repudiam todas as tentativas de classificar como autoritárias as propostas de regulamentação da profissão de jornalista e do setor das comunicações, manipulação promovida pela mídia conservadora que, frequentemente, também atua contra os governos progressistas da América Latina.

Os jornalistas brasileiros também precisam de condições dignas de trabalho. Por isso reivindicam a aprovação da lei federal que cria o Piso Nacional da Categoria e o respeito à jornada de trabalho de 5 horas diárias e às demais normas estabelecidas na CLT, para por fim à crescente precarização das relações de trabalho.

A categoria reivindica a implementação de um protocolo nacional, a ser celebrado com os empregadores, contemplando o Piso Nacional, o respeito aos direitos de autor dos jornalistas e medidas para garantir a segurança dos trabalhadores no exercício da profissão.

Os jornalistas somam-se ao esforço de resgate da dívida histórica para com aqueles que foram vítimas de violências praticadas pelo Estado Brasileiro quando sob domínio da ditadura militar e o fazem por meio da criação da Comissão Memória, Verdade e Justiça da FENAJ.

Por fim, os jornalistas brasileiros reafirmam seu compromisso com promoção da igualdade de gênero e étnico-racial, entendendo que os grupos sociais historicamente discriminados têm o direito de desfrutar do binômio justiça e desenvolvimento. Reafirmam também o compromisso com a observância de seu Código de Ética, com a defesa das liberdades de expressão e de imprensa e do direito do cidadão (ã) à comunicação, ressaltando o papel fundamental do Jornalismo na consolidação da democracia e da cidadania.



Gestão 2010 - 2013

Diretoria

EXECUTIVA

Presidente: Celso Schröder - RS
1ª Vice-Presidente: Maria José Braga - GO
2ª Vice-Presidente: Suzana Blass - RJ
Secretário Geral: Guto Camargo - SP
1º Secretário: Antônio Paulo Santos - DF
1ª Tesoureira: Déborah Lima - CE
2ª Tesoureira: Valci Zuculoto - SC
Suplente: Sheila Faro - PA
Suplente: José Carlos Torves - RS

VICE-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

V R Centro-Oeste: Luís Carlos Luciano - MS
V R Sul: José Nunes - Rio Grande do Sul
V R Sudeste: Márcia Regina Quintanilha - SP
V R Nordeste I: Rafael Freire - PB
V R Nordeste II: Marjorie Moura - BA
V R Norte I: Jane Vasconcelos - AC
V R Norte II: Volney Oliveira - AP

DEPARTAMENTOS

Departamento de Educação e Aperfeiçoamento Profissional
Carmen Lúcia Pereira - RJ
César Wanderley - AM
Patrícia Bandeira de Melo - PE

Departamento de Relações Institucionais
Beth Costa - RJ
Sérgio Murillo de Andrade - SC
Luiz Spada - GO

Depto. de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral
Sônia Regina Gomes - RJ

Valdice Gomes da Silva - AL
Osnaldo Moraes Silva - PE

Departamento de Cultura e Eventos

Nelly Carlos - RN
Ângela Marinho - CE
José Gilvan da Costa - RR

Departamento de Mobilização em Assessoria de Comunicação

Douglas Dantas - ES
Júnior Veras - TO
Flávio Peixoto - AL

Departamento de Relações Internacionais

Ayoub Hanna Ayoub - PR
Clayson Martins - CE
Alcimir Carmo - SP

Depto. de Mobilização dos Jornalistas de Produção e Imagem

André Freire - SP
Luiz Vaz - RS
Milton Alves - MG

Departamento de Saúde e Previdência

Regina Maria Ferreira de Oliveira - BA
Gláucia Regina Loriato do Nascimento - ES
Lúcia de Fátima Figueiredo - Paraíba

Conselho Fiscal

Carlos Fernandez - Minas Gerais
Edson Verber da Silva - Paraíba
Luiz Carlos de Oliveira Silva - Piauí

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

Suzana Tatagiba - Espírito Santo
Rossini Barreira - Pernambuco
Regina Deliberai Trevisan - Mato Grosso
Júlio Tarnowski Júnior - Paraná
Gerson Martins - Mato Grosso do Sul